Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA E QUINTA-FEIRA, 1 E 2 DE MAIO DE 2024 | Nª 25.642 | Preço banca: R$ 3,50

Empresa que omitir dados sobre igualdade salarial será fiscalizada

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou, na terça-feira (30), que as empresas que omitem dados sobre igualdade salarial terão "um olhar especializado" da área de fiscalização da pasta. "Se querem atenção, terão uma atenção", disse, durante coletiva de imprensa para apresentar dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged).

Marinho comentou decisão da Justiça Federal que liberou alguns segmentos, como farmácias e universidades, de divulgarem as informações de transparência salarial e de critérios remuneratórios previstas na regulamentação da Lei da Igualdade Salarial. "Se tem coisa a esconder, vamos olhar. Então, essas empresas terão nossa atenção. E se trata de tão poucas, que nos aguardem a atenção. Mas elas podem, ainda, se quiserem, voltar atrás. Estamos abertos a dialogar. Esses segmentos que não nos procurarem para o diálogo receberão a visita do auditor-fiscal para observar o que é que eles querem esconder", disse, lembrando que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, prevê fiscalizações das normas trabalhistas. Página 8

Dívida Pública sobe 0,65% em março e ultrapassa R$ 6,6 trilhões

Página 3

Garimpo ilegal usava trabalho análogo à escravidão no Amazonas

Página 8

Estádio do Pacaembu deverá ficar pronto em junho, diz concessionária

A concessionária Allegra Pacaembu, que assumiu a gestão e as obras do complexo esportivo e cultural do Pacaembu, na capital paulista, informou na terça-feira (30) que o estádio deverá ficar pronto no dia 29 de junho. O novo cronograma de obras foi apresentado hoje ao Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo, durante a realização de uma mesa técnica.

O novo complexo, agora chamado de Mercado Livre Arena Pacaembu, reunirá nove equipamentos, entre eles o estádio. Segundo o diretor executivo da empresa, Rafael Carvalho, as arquibancadas e o campo estarão prontos para a reinauguração do estádio de futebol no dia 29 de junho, assim como a piscina e a quadra de tênis. Já o prédio multifuncional só deverá ser concluído em outubro de 2024, enquanto outras etapas do complexo só estarão totalmente disponíveis para operação no primeiro semestre de 2025. "O objetivo da concessionária é que, no início do ano que vem, o complexo esteja 100% operacional", disse Carvalho.

O antigo estádio do Pacaembu foi concedido à concessionária Allegra Pacaembu, que assumiu a gestão do complexo pelo prazo de 35 anos. Desde junho de 2021, o local está em obras. A previsão inicial era de que, em janeiro deste ano, a nova arena já pudesse receber a final da Copa São Paulo de Futebol Júnior. A Federação Paulista de Futebol (FPF), que organiza o torneio, chegou a confirmar que a final seria realizada no Mercado Livre Arena Pacaembu, mas, como as obras no local ainda não estavam terminadas e alegando "falta de segurança", a federação decidiu transferir a final do campeonato para a Neo Química Arena, do Corinthians.

Na semana passada, um *show* do cantor Roberto Carlos que previsto para ocorrer no local, ainda em obras, foi cancelado pela prefeitura. Segundo a administração municipal, a decisão foi tomada após uma vistoria feita pelos bombeiros e pelo Departamento de Controle e Uso de Imóveis (Contru), órgão ligado à Secretaria de Habitação. Os dois órgãos constataram irregularidades no local como falta de saídas de emergência, inexistência de sinalização de rotas de fuga, portas das saídas de emergência sem barras antipânico, piso irregular e inacabado devido a obras e sistema de detecção de incêndio inoperante. (Agência Brasil)

Brasil registra mais de 244 mil empregos formais em março

Foto/Marcelo Camargo/ABr

Página 3

SP viabiliza inserção de mais de 12 mil pessoas com deficiência no mercado de trabalho

A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em colaboração com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, já facilitou a inserção de mais de 12 mil pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Estado de São Paulo através do programa Meu Emprego Inclusivo. Neste Dia do Trabalhador, em 1º de maio, o Governo de SP reforça a importância deste programa, que conta atualmente com a participação de 1.163 empresas.

Para apoiar e expandir a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o estado dispõe de 20 Polos de Empregabilidade Inclusiva (PEI) espalhados pela capital, interior e litoral. Página 2

Mercado mantém previsão de PIB acima de 2% este ano

Página 3

Esporte

Brasil vai brigar por vaga olímpica no 4x400 m no Mundial de Revezamentos

O Brasil disputa o Mundial de Revezamentos de Nassau, Bahamas, sábado e domingo (4 e 5/5), com 23 atletas nos revezamentos 4x100 m e 4x400 m, feminino e masculino, e no 4x400 m misto. E com grande expectativa pois o Mundial é seletivo para os Jogos Olímpicos de Paris - o programa do atletismo será realizado de 1 a 11 de agosto. O Brasil que tem medalhas olímpicas e em Mundiais no 4x100 metros, aposta também na performance dos atletas dos 400 m e na possibilidade de brigar por mais vagas olímpicas.

O treinador Sanderlei Parrela (EC Pinheiros-SP), que foi atleta olímpico, prata no Mundial de Sevilha-1999 e também prata com o revezamento 4x400 m no Pan-Americano de Winnipeg-1999, ressalta que o objetivo é a classificação para a Olimpíada de Paris-2024. "O 4x400 m masculino tem chances de alcançar essa vaga na Bahamas. Temos atletas correndo boas marcas, e agora é chegar no dia, fazer a melhor prova possível e buscar a vaga. Independente de irmos a final ou participar da repescagem queremos um resultado que leve a equipe para os Jogos Olímpicos", disse Sanderlei.

"Matheus Lima vem correndo muito bem esse ano, o Lucas Carvalho e o Lucas Vilar também e tem o Vitinho (Vitor Hugo de Miranda) indo muito bem... temos o Alison, que apesar de não estar indo para o Mundial da Bahamas, é outra peça chave para o revezamento, se classificado. É muito bom ter atletas desse nível que faz com que a gente acredite que possa ir além, buscar um resultado que leve a equipe para os Jogos Olímpicos", acrescentou Sanderlei Parrela.

Foto/Wagner Carmo

Letícia *Nonato, duas medalhas no Pan*

Matheus Lima, de 20 anos, que já correu duas vezes os 400 m em 44.52 este ano e tem índices olímpicos para a prova e os 400 m com barreiras, sente segurança por ter Sanderlei no comando da equipe. "Já participou de Campeonatos Mundiais, de Jogos Olímpicos, é uma referência para nós e pode transmitir todo o conhecimento dele para tentarmos conseguir essa classificação olímpica", disse Matheus.

Também o 4x400 m feminino vive um ótimo momento. "No período de qualificação, desde o ano passado e o Troféu Brasil, as atletas correram muito bem, fizeram grandes marcas", observou o treinador Diogo Dias Gamboa (Instituto Atletismo de Balneário Camboriú-SC). "A prova dos 400 metros no Brasil está com uma cara nova, atletas correndo bem e motivados no feminino e no masculino. A gente precisa transferir isso para o revezamento. Foi uma oportunidade que tanto pediram e acho que agora é hora de mostrar força."

O treinador observa que Tiffani Marinho teve ótimos resultados no indoor este ano, e no ano passado também correu 51.53. Cita a experiência de Tábata Vitorino de Carvalho, o bom início de ano feito por Maria Victória de Sena, a regularidade de Jayni Barreto, e Letícia Nonato e Anny de Bassi, atletas mais jovens na prova, mas que estão muito bem.

Diogo acredita que os três revezamentos 4x400 m, feminino e masculino, e o 4x400 m misto têm chances de classificação olímpica.

No Pan-Americano de Santiago, no Chile, em 2023, o Brasil ganhou ouro com o 4x400 m masculino (Lucas Carvalho, Douglas Mendes, Matheus Lima e Lucas Vilar), com 3:03.92; prata com o 4x400 m misto (Douglas Mendes, Letícia Nonato, Lucas Vilar e Tiffani Marinho), com 3:18.55; e bronze com o 4x400 m feminino (Anny de Bassi, Letícia Nonato, Jayni Barreto e Tiffani Marinho), com 3:34.80.

Atletismo Brasil no Mundial de Revezamentos

Feminino

Anny Caroline de Bassi (IA Balneário Camboriu/FMEBC-SC) - 4x100 m, 4x400 m e 4x400 m misto *

4x100 m

Ana Carolina Azevedo (EC Pinheiros-SP); Gabriela Aline Grunow (IABC/FMEBC-SC); Gabriela Silva Mourão (EC Pinheiros-SP); Lorraine Barbosa Martins (EC Pinheiros-SP); Vitória Cristina Rosa (EC Pinheiros-SP).

Masculino

Erik Felipe Barbosa Cardoso (SESI-SP); Felipe Bardi dos Santos (SESI-SP); Gabriel Aparecido dos Santos Garcia (EC Pinheiros-SP); Paulo André Camilo de Oliveira (Clube de Atletismo do Espírito Santo-ES); Renan Correa de Lima Gallina (Associação de Atletismo de Maringá-PR); Rodrigo Pereira do Nascimento (EC Pinheiros-SP).

4x400 m feminino e 4x400 m misto

Jayni Suelen dos Santos Barreto (IEMA-SP); Letícia Maria Nonato Lima (Praia Clube-Exército-Futel-MG); Maria Victória Belo de Sena (Fundação de Ciências, Tecnologia e Ensino-SP); Tábata Vitorino de Carvalho (IA Balneário Camboriú/FMEBC-SC); Tiffani Beatriz Marinho (ORCAMPI-SP).

4x400 m masculino e 4x400 m misto

Lucas Conceição Vilar (SESI-SP); Lucas da Silva Carvalho (EC Pinheiros-SP); Matheus Lima da Silva (EC Pinheiros-SP); Maexsuel dos Santos Santana (Instituto Luasa Sports Guarulhos-SP); Tiago Lemes da Silva (Praia Clube-Exército-Futel-MG); Vitor Hugo de Miranda (ORCAMPI-SP).

A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam no esporte e apoio às competições.

As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Número de pessoas mortas pela PM paulista cresceu 138% no 1º trimestre

Dados divulgados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo mostram que o número de pessoas mortas por policiais militares em serviço no estado aumentou no primeiro trimestre deste ano. Segundo o boletim divulgado na segunda-feira (29), foram 179 casos nos primeiros três meses de 2024, contra 75 no mesmo período do ano passado, o que representa um crescimento de 138%.

Indagada sobre o motivo do aumento, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou, por meio de nota, que mantém investimento contínuo na capacitação dos policiais, na aquisição de equipamentos de menor potencial ofensivo e na implementação de políticas públicas visando à redução da letalidade policial. "Os programas de formação para o efetivo são constantemente atualizados, e comissões especializadas são designadas para analisar e aprimorar os procedimentos, bem como revisar os treinamentos e a estrutura das investigações".

Ainda de acordo com a nota, as forças de segurança do estado são instituições legalistas que operam estritamente dentro de seu dever constitucional, seguindo protocolos operacionais rigorosos. Segundo a SSP, as Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (MDIP) são consequência da reação de criminosos contra a ação policial. "É importante ressaltar que a decisão pelo confronto parte sempre do suspeito, colocando em risco tanto a vida dos policiais quanto a da população em geral".

A SSP garantiu que todas as ocorrências são rigorosamente investigadas pelas polícias Civil e Militar, com o acompanhamento do Ministério Público e do Poder Judiciário, além das Corregedorias estarem à disposição para apurar qualquer denúncia contra seus agentes.

O município de Guarujá, na Baixada Santista, foi um dos alvos das Operações Escudo, no ano passado, e Verão, no início deste ano, realizadas pela PM. Com a justificativa de combate ao crime organizado, o governo do estado deflagrou essas grandes operações após policiais militares serem mortos na região.

A Operação Escudo matou 28 pessoas no período de 40 dias, na Baixada Santista. Ela foi deflagrada após a morte do policial militar Patrick Bastos Reis, que foi baleado e morto em Guarujá, no dia 27 de julho de 2023. Uma segunda Operação Escudo foi realizada em São Vicente, em 8 de setembro, resultando em mais oito mortes, segundo divulgação do Instituto Sou da Paz.

Neste ano, quando as ações passaram a ser nomeadas de Operação Verão, 56 pessoas foram mortas por policiais militares na região, segundo nota da SSP. As mortes ocorreram em supostos confrontos com a polícia desde o dia 2 de fevereiro, quando o policial militar Samuel Wesley Cosmo foi morto em Santos, durante patrulhamento. Na ocasião, SSP informou que as polícias Civil e Militar se mobilizaram para localizar e prender os envolvidos no crime contra Cosmo.

Levantamento feito pelo Sou da Paz, a partir da análise de dados da SSP, mostrou que as operações deflagradas pela Polícia Militar na Baixada Santista, no ano passado, não resultaram em avanços na redução da criminalidade violenta, colocaram a vida de policiais em risco, além de violar direitos das populações periféricas.

Com base nos indicadores criminais na região, nos meses de agosto e setembro de 2023, os dados demonstraram que as operações foram marcadas pela baixa eficiência, alta letalidade policial, crescimento de infrações ligadas ao crime organizado, como roubo de cargas, e a incapacidade do policiamento nas ruas para evitar crimes como furtos, roubos e agressões. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
No mínimo, vereadores e vereadoras dos partidos da base governista do prefeito Ricardo Nunes (MDB) repetirão os 36 votos da aprovação [1º turno] da privatização da Sabesp (águas e esgotos) na maior cidade do Brasil e da América do Sul

PREFEITURA (São Paulo)
Ricardo Nunes (MDB) não estará no ato das centrais sindicais neste feriado [1º maio - Dia do Trabalho]. Um dos motivos é não dividir o palanque no qual estará o presidente Lula (dono do PT), que apoia a candidatura a prefeito do Boulos (PSOL)

ASSEMBLEIA (São Paulo)
O fim das superintendências da Empresa Brasileira de Comunicação, no Rio e em São Paulo, teve - no caso paulista - ação dos poderosos da EBC em Brasília pra tirar o protagonismo histórico do jornalista [do Lula], o ex-deputado José Américo (PT)

GOVERNO (São Paulo)
O governador Tarcísio Freitas (Republicanos) não vai participar do evento das centrais sindicais [1º maio - Dia do Trabalho] em São Paulo, pra não 'assinar recibo' pro presidente Lula (dono do PT) que apoia candidatura a prefeito do Boulos (PSOL)

CONGRESSO (Brasil)
Maio começa com os calores do clima e com o Lula enfrentando maiorias na Câmara Deputados e Senado [desonerações de folhas de pagamento de empresas e prefeituras; derrubadas de vetos; quinquênios pra juízes e MP e dívidas dos Estados]

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Vai ser muito difícil pro Lula (dono do PT do qual nasceu a CUT) discursar como se estivesse tudo bem no seu 3º governo - com greves de sindicatos do funcionalismo - no encontro com centrais sindicais em São Paulo neste 1º maio [dia do trabalho]

PARTIDOS (Brasil)
O PSB, com o ex-tucano e atual vice-presidente Alckmin [reforçado por seus ex-tucanos e agora pelo comunicador Datena] aposta tudo no crescimento da deputada federal Tabata Amaral. Ela já tá conversando com as esquerdas, os centros e as direitas

JUSTIÇAS
Agora que Google [e seu YouTube] decidiu não impulsionar propaganda eleitoral nas eleições 2024, em função da resolução do TSE contra notícias falsas e possíveis crimes usando inteligência artificial, isso quer dizer que as redes [mídias] sociais ...

(Brasil)
... Facebook, Instagram e o ex-Twitter (agora X) vão conseguir entregar o que o Google disse ser impossível? Os dirigentes partidários e os publicitários das campanhas podem usar a imprensa [jornais, rádios e televisões] e seus portais digitais

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por ser referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Governador sanciona prorrogação da lei de regularização de terras em SP até 2026

O governador Tarcísio de Freitas sancionou na segunda-feira (29), na Agrishow, em Ribeirão Preto, a prorrogação dos prazos da lei estadual 17.557/2022 de regularização fundiária de terras até o final de 2026. O texto entra em vigor na terça (30), com a publicação no Diário Oficial do Estado.

Com a extensão da validade, o Programa Estadual de Regularização de Terras do Governo de São Paulo vai continuar beneficiando milhares de assentados e pequenos, médios e grandes produtores rurais ao longo dos próximos anos.

Na manhã de segunda, o governador falou a expositores e visitantes da Agrishow sobre o compromisso da gestão estadual para pôr fim a disputas agrárias e dar mais segurança jurídica ao agronegócio.

"A regularização fundiária é um passo importante que estamos dando para a segurança jurídica no campo. O resultado é imediato, a gente está trazendo segurança jurídica e, com ela, está vindo o investimento. Contem sempre com o Governo do Estado de São Paulo, hoje é um dia para a gente celebrar a maior feira agrícola do Brasil e também para homenagear os nossos produtores e o agronegócio", disse Tarcísio.

A prorrogação foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) na semana passada. A medida permite que o Governo de São Paulo continue a celebrar acordos administrativos ou judiciais para regularizar terras públicas.

Com a extensão do prazo, o programa estadual também amplia o potencial de impacto transformador em regiões mais vulneráveis, como o Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira, onde conflitos no campo persistem há décadas devido à indefinição sobre títulos de propriedades rurais em áreas devolutas.

Atualmente, 7,2 mil famílias estão assentadas em 154 mil hectares de terra em todo o território paulista. A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) encerrou 2023 com a regularização de mais de 6 mil imóveis e mais de mil famílias assentadas tituladas.

Em imóveis urbanos, o número superou 3 mil famílias. As regularizações fundiárias ocorreram em 49 municípios, especialmente cidades menores e com baixo índice de desenvolvimento humano.

Nesta segunda, o Governo de São Paulo entregou 29 novos títulos e termos para regularização fundiária de imóveis rurais que somam mais de 13 mil hectares. Os acordos representaram acréscimo de R$ 35 milhões nas arrecadações do Estado para políticas de desenvolvimento.

Os recursos arrecadados com a alienação onerosa das terras devolutas são destinados prioritariamente para políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento social e econômico, priorizando os municípios onde havia litígios de terra.

SP viabiliza inserção de mais de 12 mil pessoas com deficiência no mercado de trabalho

A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em colaboração com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, já facilitou a inserção de mais de 12 mil pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Estado de São Paulo através do programa Meu Emprego Inclusivo. Neste Dia do Trabalhador, em 1º de maio, o Governo de SP reforça a importância deste programa, que conta atualmente com a participação de 1.163 empresas.

Para apoiar e expandir a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o estado dispõe de 20 Polos de Empregabilidade Inclusiva (PEI) espalhados pela capital, interior e litoral. Nestes polos, são oferecidos serviços de avaliação de habilidades, cursos de qualificação técnica e workshops para empresas sobre seleção e contratação inclusiva. As equipes dos polos trabalham com a metodologia do Emprego Apoiado e executam uma busca ativa de candidatos e empresas, cumprindo a legislação vigente, como a Lei Federal de Cotas para Pessoas com Deficiência e a Política Estadual de Trabalho com Apoio para Pessoas com Deficiência.

"As equipes dos PEIs trabalham para encontrar pessoas com deficiência e prepará-las para o mercado de trabalho, oferecendo todo o apoio técnico e fazendo os encaminhamentos. Paralelamente a isso, contatam empresas em todos os municípios para apresentar o programa e oferecem a oportunidade de participarem através da metodologia do Emprego Apoiado. Embora o Estado esteja empenhado fazendo sua parte para viabilizar a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a adesão por parte das empresas é muito importante que o mercado fique cada vez mais inclusivo", afirma o secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa.

Os PEIs recebem as pessoas com deficiência e fazem entrevistas de habilidades, competências e interesses profissionais; laudos caracterizadores para emprego, identificação de oportunidades nas empresas e apoio pós-contratação, além de ofertarem cursos gratuitos de qualificação técnica e empreendedorismo. Periodicamente, são feitos mutirões de empregabilidade em que são ofertadas vagas para que pessoas com deficiência tenham um laudo caracterizador, por exemplo. Os Polos também realizam workshops gratuitos com empresas como ações de incentivo ao emprego inclusivo, prestando orientações sobre a abordagem adequada e a seleção inclusiva de candidatos nos processos seletivos.

Os Polos de Empregabilidade Inclusiva estão localizados nas cidades de São Paulo, Registro, Campinas, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Bauru, Sorocaba, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Lorena, Franca, Itapeva e Barretos.

Empresas que têm interesse em se juntar ao programa Meu Emprego Inclusivo podem se cadastrar no site empregoinclusivo. sedpcd.sp.gov.br ou diretamente nos Polos de Empregabilidade Inclusiva de suas regiões, onde também receberão suporte sobre práticas adequadas para a contratação de pessoas com deficiência.

Além dos PEIs, o estado também conta com uma estrutura composta por 233 Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) espalhados pela capital, interior e litoral, que são referências das políticas públicas de geração de emprego e renda e fornecem informações e orientações ao trabalhador, além de auxiliar os empregadores na busca de recursos humanos, promovendo o encontro de ambos entre quem procura emprego e quem tem uma vaga para oferecer, dentre outros serviços.

Dados do Observatório dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mostram que, em janeiro e fevereiro deste ano, 5,8 mil pessoas com deficiência foram admitidas no mercado de trabalho. No mesmo período de 2023, foram 5,3 mil.

As cinco principais profissões que fizeram o maior número de admissões neste ano foram auxiliar de escritório, assistente administrativo, alimentador de linha de produção, repositor de mercadorias e faxineiro.

Os dados foram extraídos pela Fundação Seade do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Com aporte de R$ 45 mil, programa para aceleração de negócios de moda e costura tem inscrições prorrogadas

O programa "Fashion Sampa: Acelerando Moda e Costura" teve as inscrições prorrogadas e os interessados terão até o dia 20 de maio para participar da seleção pelo site da Adesampa. A iniciativa vai ofertar aporte de R$ 45 mil que será disponibilizado na forma de mobiliário, maquinário, materiais e serviços, além do desenvolvimento de Planos de Atividade, orientação técnica e gerencial individual, além de encontros coletivos no formato de capacitações, intercâmbios ou mutirões.

A aceleração é operada pela Agência São Paulo de Desenvolvimento (Ade Sampa) e integra o programa Fashion Sampa, iniciativa da Prefeitura, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Com o objetivo de fomentar o setor da moda na capital paulista, o "Fashion Sampa: Acelerando Moda e Costura" vai selecionar até 20 projetos de grupos produtivos que desenvolvam atividades ligadas ao setor da moda em São Paulo que atuam nos perfis de grupos de costura/modelagem, design de moda e de produção de têxteis ou a partir de têxteis.

Para a seleção serão consideradas oficinas, facções, grupos não formalizados, cooperativas ou associações e micro e pequenos negócios que desenvolvam atividades relacionadas ao setor da moda. As propostas deverão utilizar tecnologias sociais e/ou sustentáveis para o setor da moda entre os temas: fortalecimento da economia solidária; incorporação de conceitos de sustentabilidade e circularidade nos processos; fornecimento de uniformes para a rede municipal de ensino; melhoria e inovação nos processos produtivos e de gestão do negócio.

Cada grupo deverá ser composto por no mínimo quatro e no máximo 25 integrantes, formais ou informais, que desenvolvam atividades ligadas ao setor da moda como costureira, adereços e estampa, entre outros. Esses grupos deverão ser representados por duas pessoas físicas maiores de 18 anos, que residam no município de São Paulo, não estejam inscritos no CADIN e comprovem a propriedade, posse ou uso do imóvel utilizado pelo grupo produtivo. O projeto do grupo selecionado deverá desenvolver as atividades na capital paulista.

A aceleração Fashion Sampa foi elaborada com o objetivo de promover o fortalecimento e expansão de micro e pequenos negócios do setor de moda de São Paulo, fortalecer a capacidade institucional dos grupos produtivos, apoiando sua estruturação, funcionamento e gestão, bem como ampliação da capacidade de participarem de políticas públicas e ampliarem mercados, identificarem e acessarem oportunidades concretas de negócios e de realizarem parcerias estratégicas e viabilizar o desenvolvimento de soluções sustentáveis e circulares para gargalos e oportunidades do setor da moda.

Para participar da seleção é importante a leitura completa do edital disponível no site da Adesampa. Em caso de dúvidas, os interessados podem entrar em contato pelo e-mail: cadeiatextil@adesampa.com.br.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Dívida Pública sobe 0,65% em março e ultrapassa R$ 6,6 tri

Apesar do alto volume de vencimentos, a Dívida Pública Federal (DPF) subiu em março e ultrapassou a marca de R$ 6,6 trilhões. Segundo números divulgados na terça-feira (30) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 6,595 trilhões em fevereiro para R$ 6,638 trilhões no mês passado, alta de 0,65%.

Em abril do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R$ 6 trilhões. Mesmo com a alta em março, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de fevereiro, o estoque da DPF deve encerrar 2024 entre R$ 7 trilhões e R$ 7,4 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 0,67%, passando de R$ 6,319 trilhões em fevereiro para R$ 6,362 trilhões em março. No mês passado, o Tesouro resgatou R$ 12,28 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis corrigidos pela Selic (juros básicos da economia). A dívida, no entanto, subiu por causa da apropriação de R$ 55,25 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 10,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 168,72 bilhões em títulos da DPMFi, o volume mais alto desde janeiro deste ano. A maior parte desse total (R$ 117,18 bilhões) ocorreu para trocar títulos corrigidos pela Taxa Selic (juros básicos da economia) que venceram no mês passado.

Com o alto volume de vencimentos em março, os resgates somaram R$ 182,09 bilhões, pouco mais de cinco vezes o valor registrado em fevereiro, quando os resgates tinham atingido R$ 35,79 bilhões.

No mercado externo, com a leve alta do dólar, a Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 0,21%, passando de R$ 276,14 bilhões em fevereiro para R$ 276,73 bilhões em março. O principal fator foi o avanço de 0,26% da moeda norte-americana no mês passado. O dólar só começou a disparar em abril, influenciado pelo atraso no início da queda dos juros nos Estados Unidos.

Colchão

Pelo segundo mês seguido, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) subiu. Essa reserva passou de R$ 885 bilhões em fevereiro para R$ 887 bilhões no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 6,95 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R$ 1,211 trilhão da DPF.

Composição

Por causa dos vencimentos de títulos vinculados à Selic, a proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos caiu levemente, de 42,64% em fevereiro para 41,77% em março. O PAF prevê que o indicador feche 2023 entre 40% e 44%. Esse tipo de papel ainda atrai o interesse dos compradores por causa no nível alto da Taxa Selic, mas o percentual pode cair nos próximos meses por causa do ciclo de queda nos juros básicos da economia, que começou a ser reduzida em agosto de 2023.

A emissão de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) mudou a composição da DPF. A proporção desses papéis subiu de 23,14% em fevereiro para 23,86% em março. O PAF prevê que o indicador feche 2024 entre 24% e 28%.

Nos últimos meses, o Tesouro tinha voltado a lançar mais papéis prefixados, por causa da diminuição da turbulência no mercado financeiro e da perspectiva de queda da Taxa Selic nos próximos meses. No entanto, uma eventual volta das instabilidades no mercado pode comprometer as emissões, porque esses títulos têm demanda maior em momento de estabilidade econômica.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF subiu levemente, passando de 29,77% para 29,95%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarão o ano entre 27% e 31%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública oscilou para baixo, passando de 4,44% para 4,43%. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2024, entre 3% e 7%.

Prazo

O prazo médio da DPF subiu de 4,07 para 4,11 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

Detentores

As instituições financeiras seguem como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 29,3% de participação no estoque. Os fundos de pensão, com 23,3%, e os fundos de investimento, com 22,9%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

A participação dos não residentes (estrangeiros) subiu, de 9,8% em fevereiro para 10,2% em março. O percentual repetiu o recorde recente observado em outubro do ano passado. Os demais grupos somam 14,4% de participação.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência). (Agência Brasil)

Desemprego cai para 7,9%, menor índice para o trimestre desde 2014

A taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2024 ficou em 7,9%. O índice é o menor para o período desde 2014, quando alcançou 7,2%. Em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2023, o resultado representa uma elevação de 0,5 ponto percentual (7,4%).

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada na terça-feira (30), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa média de desemprego em janeiro, fevereiro e março ficou abaixo dos 8,8% do primeiro trimestre de 2023.

Segundo o IBGE, o país tinha 8,6 milhões de pessoas desocupadas no primeiro trimestre, 542 mil a mais (+6,7%) que no fim do ano passado. Já em relação ao mesmo período de 2023, o saldo é de 808 mil pessoas a menos (-8,6%). O IBGE classifica como desocupadas as pessoas que estão procurando trabalho.

Já o número de ocupados no primeiro trimestre de 2024 ficou em 100,2 milhões de pessoas, uma queda de 782 mil (-0,8%) em relação ao último trimestre de 2023 e um acréscimo de 2,4 milhões (+2,4%) em relação aos três primeiros meses de 2023.

O levantamento do IBGE aponta todas as formas de ocupação, seja emprego com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

Sazonalidade

Para a coordenadora da Pesquisa, Adriana Beringuy, o aumento da taxa de desocupação é um comportamento típico de início de ano.

"O primeiro trimestre de cada ano é caracterizado por perdas na ocupação. Parte vem de dispensa de trabalhadores temporários", opina.

Entre os postos temporários, ela inclui trabalhadores do setor público. "Parte importante veio da administração pública, especificamente no segmento da educação. Na virada do ano esses trabalhadores são dispensados. À medida que se retorna o ano letivo, há tendência de retorno desse contingente", observa.

A pesquisadora avalia que está mantida uma tendência de redução no desemprego no país. "O movimento sazonal desse trimestre não anula a tendência de redução da taxa de desocupação observada nos últimos dois anos", acrescenta Adriana.

Carteira assinada

A pesquisa aponta que, mesmo com redução na ocupação no primeiro trimestre ante o fim de 2023, não houve mudança significativa no nível de emprego com carteira assinada, cerca de 38 milhões de pessoas. Esse quantitativo representa alta de 3,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Adriana detalha que, das 782 mil pessoas que ficaram desocupadas, a maior parte - mais de 500 mil - foi de trabalhadores informais. "A gente teve uma perda de ocupação como um todo, mas a população com carteira ficou constante", resume.

A taxa de informalidade nos primeiros três meses de 2024 ficou em 38,9% da população ocupada (38,9 milhões de trabalhadores informais) contra 39,1 % no trimestre anterior.

Rendimento

Na média de janeiro, fevereiro e março deste ano, o rendimento médio do trabalhador alcançou R$ 3.123. O valor representa alta de 1,5% entre trimestres seguidos e 4% ante o primeiro trimestre de 2023.

Já a massa de rendimentos atingiu R$ 308,3 bilhões, um recorde na série histórica iniciada em 2012. Esse é o valor que os trabalhadores ocupados recebem para movimentar a economia. Apesar de recorde, o montante apresenta uma estabilidade em relação ao trimestre final de 2023.

"Embora tenha havido crescimento do rendimento do trabalhador, o contingente de ocupados caiu, é como se um efeito tivesse anulado o outro", finaliza Adriana Beringuy. (Agência Brasil)

Vendas do Tesouro Direto sobem 16,1% em março

As vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet somaram R$ 3,53 bilhões em março, divulgou na terça-feira (30) o Tesouro Nacional. O valor subiu 16,1% em relação a janeiro, mas caiu 48,4% em relação a março do ano passado, quando as vendas tinham batido recorde.

O recorde mensal histórico do Tesouro Direto ocorreu em março do ano passado, quando as vendas somaram R$ 6,842 bilhões. Na ocasião, as vendas atingiram o maior volume mensal já registrado porque houve o vencimento de títulos corrigidos pela Taxa Selic (juros básicos da economia), que foram trocados por papéis novos.

Os títulos mais procurados pelos investidores em março foram os corrigidos pela Selic (juros básicos da economia), cuja participação nas vendas atingiu 61,5%. Os títulos vinculados à inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) corresponderam a 25,4% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, foram 8,6%.

Destinados ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+, lançado no início de 2023, respondeu por 3,4% das vendas. Criado em agosto do ano passado, o novo título Tesouro Educa+, que pretende financiar uma poupança para o ensino superior, atraiu apenas 1,1% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic. Em março de 2021, o Banco Central (BC) começou a elevar a Selic. A taxa, que estava em 2% ao ano, no menor nível da história, ficou em 13,75% ao ano entre janeiro de 2022 e agosto de 2023. Mesmo com as quedas recentes nos juros básicos, atualmente em 10,75% ao ano, as taxas continuam atrativas.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R$ 133,27 bilhões no fim de março, aumento de 1,39% em relação ao mês anterior (R$ 131,46 bilhões) e de 14,76% em relação a março do ano passado (R$ 116,14 bilhões). Essa alta ocorreu porque as vendas superaram os resgates em R$ 657,6 milhões no último mês.

Em relação ao número de investidores, 292,4 mil participantes se cadastraram no programa no mês passado. O número total de investidores atingiu 28.003.946. Nos últimos 12 meses, o número de investidores acumula alta de 15,1%. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 2.553.939, aumento de 15,5% em 12 meses.

A utilização do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas de até R$ 5 mil, que correspondeu a 82,4% do total de 550.172 operações de vendas ocorridas em março. Só as aplicações de até R$ 1 mil representaram 58,8%. O valor médio por operação atingiu R$ 6.417,17.

Os investidores estão preferindo papéis de curto prazo. As vendas de títulos de até cinco anos representam 64,9% do total. As operações com prazo entre cinco e dez anos correspondem a 14,7% do total. Os papéis de mais de dez anos de prazo representaram 20,4% das vendas.

O balanço completo do Tesouro Direto está disponível na página do Tesouro Transparente.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar esse tipo de aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, via internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só precisa pagar uma taxa semestral para a B3, a bolsa de valores brasileira, que tem a custódia dos títulos. Mais informações podem ser obtidas no site do Tesouro Direto.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, índices de inflação, câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis pré-fixados. (Agência Brasil)

Mercado mantém previsão de PIB acima de 2% este ano

O mercado financeiro manteve a projeção da semana passada de crescimento da economia brasileira acima de 2% para este ano. Segundo o boletim Focus divulgado na terça-feira (30) pelo Banco Central (BC), o Produto Interno Bruto (PIB, PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), deve fechar o ano em 2,02%. Há quatro semanas a projeção era de que o índice ficasse em 1,89%.

O Focus traz as previsões de economistas e analistas de mercado consultados pelo BC. Para 2025, o mercado prevê crescimento de 2%, o mesmo das últimas 20 semanas, índice que se repete em 2026 e 2027.

O boletim também manteve as mesmas projeções de inflação, câmbio e taxa Selic da semana passada para este ano.

Segundo os analistas, deve fechar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano deve ficar em 3,73%. Há quatro semanas, a previsão era que a inflação ficasse em 3,75%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo de meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025, a previsão é de que a inflação fique em 3,6% e, em 2026, feche em 3,5%, a mesma para 2027.

Em relação aos juros básicos da economia, o mercado projetou uma taxa Selic de 9,5%. Os analistas acreditam que a referência para os juros no país deve diminuir o ritmo de quarta, já que há quatro semanas a previsão era de que a Selic fechasse o ano em 9%.

Nas duas últimas reuniões, o corte na Selic foi 0,5 ponto percentual. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC indica que poderá não repetir o mesmo ritmo de corte na próxima reunião, agendada para os dias 7 e 8 de maio.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2025 em 9%. A estimativa para 2026 é que a taxa básica fique em 8,63% ao ano. Para 2027, a previsão é de 8,5%.

Segundo o Focus, em 2024, o dólar deve fechar o ano em R$ 5,00. Ha quatro semanas a previsão era de que a moeda norte-americana ficasse em R$ 4,95. Para 2025, a projeção também é de aumento para o dólar, ficando em R$ 5,05. Para 2026, a previsão é que o câmbio feche em R$ 5,10, a mesma para 2027. (Agência Brasil)

Brasil registra mais de 244 mil empregos formais em março

O Brasil fechou o mês de março com saldo positivo de 244.315 empregos com carteira assinada. No acumulado do ano (janeiro/2024 a março/2024), o saldo foi positivo em 719.033 empregos, o que representa um aumento de 34% em relação aos três primeiros meses do ano passado.

O balanço é do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado na terça-feira (30) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, este foi o melhor resultado do Caged para o mês de março desde 2020. "Ou seja, é um momento importante, então eu creio que neste Primeiro de Maio nós temos motivos para fixar a luta da classe trabalhadora por melhores condições", disse Marinho à **Agência Brasil**.

O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, chegou a 46.236.308 em março deste ano, o que representa alta de 0,53% em relação ao mês anterior.

O maior crescimento do emprego formal no mês passado ocorreu no setor de serviços, com a criação de 148.722 postos. No comércio, foram criados 37.493 postos; na indústria, 35.886, concentrados na indústria da transformação; e na construção 28.666. O único grande grupamento com saldo negativo foi a agropecuária, com 6.457 postos a menos, em razão das sazonalidades do setor.

O salário médio de admissão foi R$ 2.081,50. Comparado ao mês anterior, houve decréscimo real de R$ 5,25, uma variação negativa de 0,25%.

A maioria das vagas criadas no mês de março foram preenchidas por mulheres (124.483). Homens ocuparam 119.832 novos postos. A faixa etária com maior saldo foi a de 18 a 24 anos, com 138.901 postos.

Todas as regiões do país tiveram saldo positivo na geração de emprego no mês passado, sendo que houve aumento de trabalho formal em 25 das 27 unidades da federação. Alagoas e Sergipe registraram mais desligamentos que admissões, com saldo negativo de 9.589 postos (-2,2%) e 1.875 postos (-0,6%), respectivamente.

Em termos relativos, os estados com maior variação na criação de empregos em relação ao estoque do mês anterior são Acre, com a abertura de 1.183 postos, aumento de 1,13%; Goiás, que criou 15.742 vagas (1,02%); e Piauí, com saldo positivo de 3.015 postos (0,86%).

Em termos absolutos, as unidades da federação com maior saldo no mês passado foram São Paulo, com 76.941 postos (0,6%); Minas Gerais, com 40.796 vagas criadas (0,9%); e Rio de Janeiro, com a geração de 22.466 postos (0,7%).

As estatísticas completas do Novo Caged estão disponíveis na página do Ministério do Trabalho e Emprego. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

COMPANHIA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA - CBI

CNPJ: 48.983.502/0001-06

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM REAIS - R$)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM REAIS)

ATIVO	Nota	2023	2022 (Não auditado)
Ativo circulante		**479.217**	**240.000**
Caixa e equivalentes de caixa	5	456.808	–
Adiantamento a fornecedores		22.409	–
Partes relacionadas	6	–	240.000
Ativo não circulante		**878.373**	–
Partes relacionadas	6	861.810	–
Ativo Imobilizado	7	16.563	–
Total do ativo		**1.357.590**	**240.000**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022 (Não auditado)
Passivo circulante		**125.270**	–
Fornecedores	8	113.133	–
Obrigações trabalhistas	9	8.265	–
Obrigações tributárias	10	3.872	–
Patrimônio líquido		**1.232.320**	**240.000**
Capital social	11.1	2.270.400	240.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.2	3.575.016	–
Prejuízos acumulados		(4.613.096)	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.357.590**	**240.000**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM REAIS)

	Capital Social Subscrito	Capital Social (-) a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição da Companhia em de 11 de novembro de 2022 (Não auditado)					
Capital social subscrito	2.400.000	(2.400.000)	–	–	–
Capital social integralizado	–	240.000	–	–	240.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	**2.400.000**	**(2.160.000)**	–	–	**240.000**
Capital social integralizado	–	2.030.400	–	–	2.030.400
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	3.575.016	–	3.575.016
Prejuízo do exercício	–	–	–	(4.613.096)	(4.613.096)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.400.000**	**(129.600)**	**3.575.016**	**(4.613.096)**	**1.232.320**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM REAIS)

	Nota	2023	2022 (Não auditado)
(Despesas) Operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	12	(4.609.635)	–
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(4.609.635)**	–
Receitas financeiras	13	20	–
Despesas financeiras	13	(3.481)	–
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(4.613.096)**	–
Imposto de renda e contribuição social		–	–
Prejuízo do exercício		**(4.613.096)**	–

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM REAIS)

	2023	2022 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(4.613.096)	–
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(4.613.096)**	–

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM REAIS)

	2023	2022 (Não auditado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.613.096)	–
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais: Depreciação	2.188	–
	(4.610.908)	–
Variações nas contas patrimoniais		
Adiantamento de fornecedores	(22.409)	–
Fornecedores	113.133	–
Obrigações trabalhistas	8.265	–
Obrigações tributárias	3.872	–
	102.861	–
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	**(4.508.047)**	–
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do Imobilizado	(18.751)	–
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades de investimentos	**(18.751)**	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros		
Integralização de capital social	2.030.400	240.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.575.016	–
Partes relacionadas	(621.810)	(240.000)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**4.983.606**	**(240.000)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**456.808**	**(240.000)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	–	–
No final do período	456.808	–
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**456.808**	–

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

1. Contexto operacional: A Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI ("Companhia" e "CBI"), é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Av. General Furtado do Nascimento 740 conj. 91, Bairro Alto de Pinheiros no município de São Paulo - SP. A Companhia teve suas atividades iniciadas em 27/12/2022. Nós somos uma gestora de investimentos em infraestrutura 100% brasileira que trabalha pelo crescimento do nosso país. Acreditamos que o desenvolvimento sustentável só é viável com planejamento inteligente e investimento em infraestrutura. Estamos estruturados para operar concessionárias de rodovias, saneamento básico, iluminação pública, geração de energia e gestão de resíduos. Para isso, atuaremos como acionista em controladas com escopo de negócio acima descrito através de contratos de concessão e de Parcerias Público-Privada (PPP's). Nosso modelo de negócio possui estruturas de compliance responsáveis e seguimos diretrizes ESG que garantem um progresso sustentável e contínuo. Sabemos dos desafios que o Brasil tem nessa área e colocamos todos os nossos esforços para oferecer soluções que beneficiam a sociedade e ajudam a abrir novos caminhos para a construção de um país estruturado e sólido. Nossas soluções contribuem para o desenvolvimento econômico e social da população, proporcionam qualidade de vida para as pessoas e criam horizontes para o crescimento do Brasil, gerando valor para os nossos investidores e acionistas com solidez, transparência, viabilidade e visão de longo prazo. Em 31/12/2023, a Companhia apresenta prejuízo no montante de R$ 4.613.096, em virtude de encontrar-se em fase pré-operacional e de investimentos em projetos e estudos. Já estamos operando o contrato de PPP - Iluminação Pública de Catanduva. A Companhia, no seu plano de desenvolvimento, faz frente aos seus passivos com aportes dos acionistas, com as futuras receitas esperadas dos seus clientes e a valorização das ações, sendo a expectativa de transferência das ações da FBLUZ e de firmar novos contratos com os primeiros clientes a partir de 2024. Os aportes dos acionistas devem continuar até 2029, de acordo com o *business plan* revisado em 2024. A operação de IP já contratada apresenta valor presente líquido positivo que garante a sustentabilidade da mesma e temos também a proposta declarada vencedora no Processo de concessão do LITORAL PAULISTA junto à ARTESP que se encontra em fase de julgamento. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R$). As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações financeiras da Companhia está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3. Em 30/04/2024, a administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras e autorizou sua divulgação. **3. Principais práticas contábeis adotadas: a) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazos, para investimento e/ou outros fins. A Companhia considera Caixa os saldos em conta corrente de movimento e aplicações financeiras de conversibilidade imediata. As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário. **b) Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base no método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. As taxas médias de depreciação ajustadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 7. Não foi identificado necessidade de ajuste no valor recuperável (*impairment*) no atual exercício. **c) Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **d) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **e) Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **f) Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **g) Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **h) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **i) Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. **ii) Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, as mesmas são divulgadas em Notas Explicativas. Para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 não foram reconhecidos e/ou divulgados saldos relacionados a demandas judiciais devido não haver processos ou reclamações processuais nas esferas cível, trabalhista e tributária. **3.1. Novos pronunciamentos emitidos: a) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados: IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.** A partir de 01/01/2023, as alterações fornecem esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, de forma a aplicação correta da norma. A Companhia não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração. **IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro:** A partir de 01/01/2023, as alterações buscam limitar a abrangência do escopo da Isenção de Reconhecimento Inicial (IRE) de modo que a IRE não seja mais aplicável às transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Assim, um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido deverão ser reconhecidos para as diferenças temporárias geradas no momento do reconhecimento inicial de um arrendamento ou uma provisão de passivo para desmontagem e remoção dos equipamentos arrendados. A Companhia não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração. **b) Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados: IAS 1/CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras:** A partir de 01/01/2024, as alterações esclarecem quais passivos possuem direito de postergar liquidação e se esses direitos existem na data de encerramento das demonstrações financeiras e, ainda, se a classificação entre circulante e não circulante impactaria a entidade de exercer o direito de postergação. As alterações também tratam que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio, os termos de um passivo não afetariam sua classificação. A Companhia até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração. **Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7/CPC 40 (R1):** A partir de 01/01/2024, referente à Acordos de Financiamento de Fornecedores. **Alterações IFRS 16, CPC 06:** Passivo de Arrendamento Mercantil Sales and Leaseback - A partir de 01/01/2024. **Alterações IAS 21/CPC 02 (R3):** Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - Implementação em 2025. Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras. **Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2):** Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **IFRS S1 e IFRS S2:** Resolução CVM nº 193 de 20/12/2023 - Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB. Adoção é voluntária a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 01/01/2024. A adoção é obrigatória a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 01/01/2026. As alterações foram avaliadas e adotadas pela administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto à sua aplicação. A administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras. **4. Gestão de risco financeiro: a) Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. **b) Risco de mercado: i) Risco cambial:** Considerado nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira. **ii) Risco de taxas de juros:** A Companhia não possui nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 instrumentos financeiros indexados em índices financeiros ou taxas de juros. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Administrativa e Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **d) Gestão de Capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixas	1.808	–
Bancos	455.000	–
Total	**456.808**	–

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos bancários que apresentam possibilidade de resgate imediato, sem multas, restrições ou alterações no valor em virtude de resgate. **6. Partes relacionadas:** A Companhia e seus controladores em conjunto podem celebrar entre si, no curso normal de seus negócios, operações financeiras e comerciais. Essas operações incluem a disponibilização de recursos financeiros por meio de operações de mútuo, conta corrente ou prestações de serviços, em condições específicas determinadas entre as partes. Segue abaixo os saldos das operações com partes relacionadas sobre os quais não incidem encargos e atualizações monetárias, tampouco vencimento determinado.

Ativo circulante e não circulante	31/12/2023	31/12/2022
Turita Participações Ltda.	–	54.000
Construtora Coveg Ltda	–	54.000
Black Brick Participações Ltda	–	54.000
Joita Empreendimentos e Construções Ltda	–	54.000
M2E Participações Ltda	–	14.400
HMHR Participações Ltda	–	4.800
Stuv Holding e Investimentos Ltda	–	4.800
FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.	861.810	–
Total	**861.810**	**240.000**
Circulante	–	240.000
Não circulante	861.810	–

7. Ativo imobilizado:

Saldos em 31/12/2023	%	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2023
Computadores e periféricos	20	18.751	(2.188)	16.653
Total	–	**18.751**	**(2.188)**	**16.653**

Movimentação em 2023	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2023
Computadores e periféricos	18.751	(2.188)	16.653
Total	**18.751**	**(2.188)**	**16.653**

8. Fornecedores:	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	113.133	–
Total	**113.133**	–

9. Obrigações trabalhistas:	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	2.505	–
INSS a recolher	925	–
Provisão de férias e encargos	4.560	–
FGTS a recolher	275	–
Total	**8.265**	–

10. Obrigações tributárias:	31/12/2023	31/12/2022
IRRF s/ Pessoa Jurídica	1.042	–
CSRF s/ Pessoa Jurídica	2.830	–
Total	**3.872**	–

11. Patrimônio líquido: 11.1. Capital social: O capital social, nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022, está representado por 2.400.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados parcialmente. O montante integralizado até o exercício findo em 31/12/2023 foi de R$ 2.270.400 (R$ 240.000 em 2022). **11.2. Adiantamento para futuro aumento de capital:** O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) foi constituído por aportes de capital por parte de seus acionistas para futura integralização ao capital social, em 31/12/2023 o montante é de R$ 3.575.016. Em 31/12/2022, não havia saldo constituído de AFAC. **11.3. Reserva de lucros:** O lucro líquido apurado em cada exercício, terá a seguinte destinação, por ordem sucessiva: (i) Será constituída Reserva legal por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social; (ii) 25% a título de dividendo obrigatório anual; (iii) o saldo, se houver, terá aplicação estipulada pela Assembleia Geral por proposta de acionistas representando a maioria absoluta do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal ou dividendo obrigatório em função do resultado.

12. Despesas gerais e administrativas:	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com vendas	(50.134)	–
Despesas gerais e administrativas	(2.210.036)	–
Despesas tributárias	(12.199)	–
Despesas com pessoal	(2.337.266)	–
Total	**(4.609.635)**	–

Em período anterior à constituição da Companhia, as acionistas desembolsaram valores referente as despesas pré-operacionais da Companhia. Posteriormente, a Companhia reembolsou, através de Notas de Débito (ND), essas despesas, que correspondem a: i) 880.827 (40%) das despesas gerais e administrativas; ii) 1.061.405 (45%) das despesas com o pessoal.

13. Resultado financeiro:	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	20	–
Total	**20**	–
Despesas financeiras		
Encargos financeiros	(3.068)	–
Juros passivos	(413)	–
Total	**(3.481)**	–
Resultado financeiro, líquido	**(3.481)**	–

14. Eventos subsequentes: Ocorreram aportes a título de AFAC no primeiro trimestre do exercício de 2024 correspondente ao valor de R$ 3.800.171, sendo R$ 950.043 de TURITA PARTICIPAÇÕES LTDA, R$ 950.043 de BLACK BRICK PARTICIPACOES LTDA, R$ 950.043 de JOITA - EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA e R$ 950.043 da CONSTRUTORA COVEG LTDA.

Nei Moreira Júnior - Diretor Superintendente – CPF 158.785.108-39

Michel Matilde de Novaes - Diretor financeiro – CPF 221.568.768-19

Marcelo Pessoa de Araujo Contador - CRC 1SP236577/O – CPF 147.356.478-64

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas,
Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI
São Paulo - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Infraestrutura - CBI em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com estas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2022, aqui apresentados para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outro auditor independente. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024

Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº**0018850-81.2023.8.26.0007** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 3ªVara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniella Carla Russo Greco de Lemos, na forma da Lei,etc.FAZ SABER a ALL TEC BUSINESS LTDA,CNPJ 15.011.767/0001-93,ré ausente,incerta,desconhecida, e eventuais interessados, que nos autos do presente cumprimento de sentença que lhe move KAREN DE CASTRO QUEIROZ foi determinada a sua intimação para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias do edital, para realizar o pagamento do montante indicado na inicial, no valor de R$ 141.263,07, sob pena de aplicação da multa de 10% e honorários de advogado de 10% (art. 513, § 2º,IV, do C.P.C.). O devedor executado poderá apresentar Impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso de prazo para o pagamento voluntário da obrigação, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, do C.P.C.). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de dezembro de 2023. **|02,03|**

5ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-SP – FORO CENTRAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1041315-79.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME SILVEIRA TEIXEIRA, na forma da Lei, etc. ***FAZ SABER*** a(o) **MARIO NAKASHIAN FILHO**, RG 53.859.553-X, CPF 422.516.718-62, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de **MDK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**, objetivando o recebimento da quantia de R$ 34.994,17, decorrente dos alugueres e encargos vencidos do imóvel situado nesta capital a Rua Três Rios, 208-A, Bom Retiro. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, pague o débito atualizado ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 06 parcelas mensais, atualizadas, acrescidas de 1% de juros ao mês, no caso de pagamento dentro do tríduo, a verba honorária será reduzida pela metade, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora e avaliação de bens. Decorridos os prazos supra, no silêncio, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2024.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.

CNPJ/MF nº 42.206.269/0001-79 - NIRE nº 35300570286 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 05 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua Pais Leme, 524, 4º Andar, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 53.278.761-4/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 013.879.347-67, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14/04/2023 às 09h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER** - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil* - Ciente em: 05 / 04 / 2024. **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.** Fábio Russo Corrêa - Diretor Presidente - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil.* JUCESP nº 187.313/24-6 em 23.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.

CNPJ/MF nº 42.130.537/0001-16 - NIRE nº 35300569636 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 05 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 53.278.761-4/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 013.879.347-67, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14/04/2023 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER** - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil* - Ciente em: 05/04/2024, **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.** Fábio Russo Corrêa - Diretor Presidente - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil.* JUCESP nº 188.766/24-8 em 24.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 07.682.638/0001-07 - NIRE Nº. 35.300.326.032 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 08 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** ("Companhia") Aos cuidados do Conselho de Administração. Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP, CEP 05.522-000. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 53.278.761-4/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 013.879.347-67, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18/04/2023 às 09h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER -** Ciente em: 08/04/2024. **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A. -** Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 186.235/24-0 em 22.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LOGICTEL S/A

CNPJ nº 03.430.070/0001-78 – NIRE nº 35.300.173.767

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024.

Data, Hora, Local: 27.03.2024, às 10 horas, na sede social, Rua da Bica, 234, São Paulo/SP; **Presença:** Totalidade das ações ordinárias de votos representados por Geraldo A. O. Marques e Jose Humberto Silveira e os demais acionistas preferenciais, sem direito a voto. **Convocação:** aviso aos acionistas, publicada no Jornal O Dia SP nos dias 26, 27 e 28.02.2024. **Mesa:** Presidente – Geraldo A.O. Marques, Secretária – Juliana Andrea Mões. **Deliberações Aprovadas: a)** O Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, publicadas no Jornal O Dia SP, no dia 20.03.2024; peças auditadas por empresa independente e sem ressalvas; **b)** A destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023, no valor de R$ 22.945.586,61 da seguinte forma: (i) a dispensa da constituição da reserva legal em razão de ser atingido 20% do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76; (ii) a distribuição de dividendo mínimo obrigatório no valor de R$ 5.736.396,65 e adicional de R$ 990.000,00, totalizando R$ 6.726.396,65, a ser pago em 9 prestações mensais de R$ 747.377,40 no último dia útil de cada mês, iniciando em abril de 2024; (iii) tendo em vista a continuidade do cenário de incertezas decorrente do "pos-covid" com alta probabilidade de impactar os próximos resultados da Companhia; os riscos com a recuperação judicial de clientes; a dificuldade para repasse dos índices inflacionários nos contratos de prestação de serviços de médio/longo prazos; a necessidade de custear melhores condições financeiras nos prazos de faturamento aos nossos clientes; a instabilidade das políticas trabalhista/fiscal do pais com consequências financeiras e econômicas desconhecidas, a necessidade de criação de novos cenários que impõem desafios e novas oportunidades, bem como os investimentos e recursos necessários para a continuidade das atividades da Companhia, foi aprovado o aumento da reserva de contingência em R$ 16,0 milhões perfazendo R$ 59.597.955,45. O saldo dos lucros permanece em reserva de retenção. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 27.03.2024. Geraldo A. O. Marques - Presidente, Juliana Andrea Mões **-** Secretária. **JHG Telecom Participações Ltda** - Jose Humberto Silveira, Geraldo Antonio de Oliveira Marques. JUCESP 152.749/24-0 em 15.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TMK ENGENHARIA S.A.

CNPJ nº 28.131.759/0001-22

Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Atendemos as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **A Administração**.

Balanço Patrimonial

	12/2022	12/2023
ATIVO	**100.229.105,19D**	**116.750.860,65D**
Ativo	**100.229.105,19D**	**116.750.860,65D**
Ativo Circulante	**69.571.867,44D**	**83.549.382,30D**
Disponibilidades	**15.241.554,30D**	**13.230.814,92D**
Bens Numerarios	160.923,11D	160.923,11D
Bancos - c/Movimento	1.054.223,75D	820.814,48D
Aplicacoes Financeiras	14.026.407,44D	12.249.077,33D
Clientes Nacionais	**37.390.254,86D**	**52.908.480,83D**
Clientes Nacionais	11.596.823,96D	33.863.962,00D
Prov. Devedores Duvidosos	954.737,38C	954.737,38C
Contas a Receber	26.748.168,28D	19.999.256,21D
Adiantamento a Terceiros	**8.661.620,97D**	**15.623.261,33D**
Adiantamento a Funcionarios	23.559,88D	67.377,13D
Adiantamento a Fornecedores	8.638.061,09D	15.555.884,20D
Tributos a Compensar	**8.212.688,11D**	**1.721.076,02D**
Tributos Federal a Compensar	7.920.114,78D	1.449.486,06D
Tributos Municipal a Compensar	292.573,33D	271.589,96D
Outros Creditos	**65.749,20D**	**65.749,20D**
Despesas a Diferir	65.749,20D	65.749,20D
Ativo Não Circulante	**30.657.237,75D**	**33.201.478,35D**
Ativo Permanente	**30.657.237,75D**	**33.201.478,35D**
Ativo Permanente Imobilizado	30.656.121,75D	33.200.362,35D
At. Permanente - Investimentos	1.116,00D	1.116,00D

	12/2022	12/2023
Passivo e Patrimônio Líquido	**100.229.105,19C**	**116.750.860,65C**
Passivo	**38.867.247,59C**	**45.092.440,73C**
Passivo Circulante	**38.408.858,07C**	**31.680.291,75C**
Fornecedores	**24.532.365,29C**	**20.994.588,00C**
Fornecedores Nacionais	24.532.365,29C	20.994.588,00C
Empréstimos e Financiamentos	**145.090,92C**	**145.090,92C**
Outros Empréstimos e Financiamento	145.090,92C	145.090,92C
Obrigações Tributarias a Pagar	**9.513.448,11C**	**3.168.479,02C**
Tributos Federal a Recolher	9.285.234,00C	3.016.834,71C
Tributos Estaduais a Recolher	1.917,49C	1.917,49C
Tributos Municipais a Recolher	226.296,62C	149.726,82C
Obrig. Trabalhistas a Recolher	**3.704.069,28C**	**6.709.102,73C**
Remunerações s/ Fopag a Pagar	348.860,39C	352.450,44C
Enc. Trabalhistas a Recolher	1.998.309,53C	1.949.236,37C
Provisões Trabalhistas	1.356.899,36C	4.407.415,92C
Adiantamentos de Clientes	**513.884,47C**	**663.031,08C**
Adiantamentos de Clientes	513.884,47C	663.031,08C
Outras Contas a Pagar	**458.389,52C**	**13.412.148,98C**
Outras Contas a Pagar	**458.389,52C**	**13.412.148,98C**
Outras Contas a Pagar	458.389,52C	13.412.148,98C
Passivo Não Circulante	**1.364.597,98C**	**858.150,32C**
Empréstimos e Financiamentos	**521.756,31C**	**521.756,31C**
Emprest/Financ. Bancarios	**521.756,31C**	**521.756,31C**
Parcelamentos	**842.841,67C**	**336.394,01C**
Parcelamento Tributos	**842.841,67C**	**336.394,01C**
Parcelamento Tributos Federal	842.841,67C	336.394,01C
Patrimônio Líquido	**59.997.259,62C**	**70.800.269,60C**
Patrimônio Líquido	**59.997.259,62C**	**70.800.269,60C**
Capital Social	**35.421.109,41C**	**35.421.109,41C**
Capital Social Integralizado	21.300.000,00C	21.300.000,00C
Reservas de Capital	14.121.109,41C	14.121.109,41C
Resultados Acumulados	**24.576.150,21C**	**35.379.160,19C**
Lucros ou Prejuízos Acumulados	24.576.150,21C	35.379.160,19C

Demonstração do Resultado

	12/2022	12/2023
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.775.780,21D	144.395,79C
Receita Bruta	115.957.721,34C	173.200.002,23C
Receita Vendas/Prest. Serv.	115.957.721,34C	173.200.002,23C
Deduções da Receita	7.218.115,09D	9.530.014,33D
Impostos Incidentes s/ Receita	7.263.153,17D	9.530.014,33D
Outras Deduções da Receita	45.038,08C	0,00
Custos Operacionais	105.365.198,46D	155.809.040,06D
Custos dos Serviços	105.365.198,46D	155.809.040,06D
Despesas Operacionais	5.150.188,00D	7.651.024,17D
Despesas Administrativas	4.953.823,12D	6.819.113,35D
Desp. Fornec. Serv. Públicos	94.993,03D	210.872,25D
Desp. Manutenções e Reformas	139.894,04D	269.598,94D
Desp. c/Veículos/Moto/Caminhões	6.714,20D	346.206,89D
Serviços Prestados P. Jurídica	80.000,00D	0,00
Serv. Prestados por Terceiros	4.070.641,10D	5.291.758,31D
Outras Despesas Administrativas	532.270,71D	523.227,19D
Desp. não Dedutiveis IRPJ/CSL	28.140,34D	177.449,77D
Outras Taxas	1.169,70D	0,00
Despesas com Vendas	8.112,60D	539.857,21D
Desp.depreciação e Amortização	6.436,73D	2.318,69D
Desp. com Folha de Pagamento	1.211.730,76D	1.107.097,13D
Salários e Remunerações	1.120.964,64D	810.397,35D
Encargos Trabalhitas	90.766,12D	296.699,78D
Outras Despesas Tributárias	71.501,74D	105.186,32D
(+/-) Resultado Financeiro	1.101.416,95C	922.548,53C
Despesas Financeiras	207.195,43D	442.889,69D
Receitas Financeiras	1.308.612,38C	1.365.438,22C
(+/-) Resultado não Operacional	0,00	3.500,00C
Receitas não Operacionais	0,00	3.500,00C
Rec. c/ Ganho de Capital	0,00	3.500,00C
Provisão para IRPJ E CSLL	0,00	69.027,88D
Provisões IRPJ e CSL	0,00	69.027,88D

Notas Explicativas Gerais:

01 - Contexto Operacional: A empresa se insere no segmento de terraplenagem, construção civil em geral. **02 - Sumário das Principais Práticas Contábeis:** A demonstração financeira foi elaborada em obediência aos preceitos das leis das sociedades anônimas e, aos princípios de contabilidade geralmente aceitos. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras, são as seguintes: **A) Determinação do Resultado:** O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. **B) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo:** Ativo circulante e realizável a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados quando aplicáveis, pelos valores de juros e variações monetárias ou, caso de despesas pagas antecipadamente, demonstradas pelos valor de custos. **C) Ativo Permanente:** O ativo imobilizado e demonstrado ao custo ou valor de avalição, com a aplicação das depreciações que são calculadas pelo método linear, as taxas mencionadas na nota 3. **D)** passivo circulante e exigível a longo prazo demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do fechamento do balanço. **03- Imobilizado:** Avaliados pelo custo original mais eventuais reavaliações efetuadas e, depreciações pelas taxas estabelecias na legislação.

	% Depreciação
Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de Informática	20%

04 - Capital: O capital social está representado por 21.300.000 (vinte e hum milhões e trezentos mil reais) ações no valor nominal de R$ 1,00. **05-** O capital social permanece inalterado com relação ao exercício de 2.022. **06 - Reserva de Capital:** O saldo da reserva de capital mantem-se em R$ 14.121.109,41 (quatorze milhões cento vinte e um mil e cento e nove reais e quarenta e um centavos).

"Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2023, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 116.750.860,65 (cento e dezesseis milhões, setecentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos)".

Luciano Prata Rodrigues Borges - Diretor - CPF 145.919.956-15 | **José Aristides Bigarani -** Diretor - CPF/MF nº 566.287.738-68

Conasscon S/C Ltda - Marcio Gaspar Gonzalez - Contabilista - CRC: 1SP/197354/O-9 - CPF: 197.502.278-59

13ª Vara Cível - Foro Central Cível/SP. - DECISÃO – EDITAL Processo nº: **1127765-93.2021.8.26.0100** Classe – Assunto: Procedimento Comum Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica Requerente: Sete Câmara, Correa e Bastos Advogados Associados Requerido: SSP e RAN Empreiteira S/s Ltda - Me e outros Vistos.Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeispara a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida, servindo a presentedecisão como edital.Este Juízo FAZ SABER a Sebastiao dos Santos Pedreira CPF981.439.645-15, que Sete Câmara, Correa e Bastos Advogados Associados ajuizouincidente de desconsideração de personalidade jurídica, da empresa SSP e Ran EmpreiteiraS/S Ltda ME CNPJ 09.376.926/0001-50, incluindo os sócios Raildo Alves do NascimentoCPF 655.190.355-04 e Sebastiao dos Santos Pedreira, no pólo passivo. Estando oexecutado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em15 dias, a fluir do prazo supra,se manifeste e requeira as provas cabíveis (art. 135-CPC), sob pena de serem aceitos osfatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicadona forma da lei. **|02,03|**

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº **0000142-58.2024.8.26.0100** O(A)MM.Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Elaine Faria Evaristo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Atlas Serviços em Ativos Digitais Ltda. CNPJ 31.049.719/0001-40, Atlas Services-Serviços de Suporte Administrativo e de Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. CNPJ 30.608.097/0001-80, Atlas Quantum Serviços de Intermediações de Ativos Ltda. CNPJ 30.607.948/0001-70, Atlas Proj Tecnologia Eireli CNPJ 26.768.698/0001-83 e Rodrigo Marques dos Santos CPF 282.301.848-44 , que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Lúcia Keiko Otakeno. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pague a quantia de R$ 1.611.822,98 (jan/2024), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de janeiro de 2024. **|02,03|**

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO DE BLOQUEIO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1004663-74.2020.8.26.0001** A MM. Juiza de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a EVANILDA DE JESUS PEREIRA, CPF 182.531.128-58, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Dirce Rodrigues Fojo Pacheco cujo objeto são os aluguéis e demais dívidas referentes à locação do imóvel sito na Rua Prof. Maria José Barone Fernandes, 222, casa 03. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Pelo presente fica também INTIMADA para que no PRAZO de 05 dias úteis, a fluir após os 20 dias supra, se manifeste acerca do bloqueio efetuado por meio do sistema SISBAJUD, conforme detalhamento disponibilizado nos autos, sob pena de conversão do bloqueio em penhora e levantamento da quantia em favor do exequente. Não havendo manifestação no prazo de 05 dias, o bloqueio será convertido automaticamente em penhora, quando então passara a fluir o prazo de 15 dias para impugnação, independentemente de nova intimação, com possibilidade do levantamento pela parte exequente. Decorridos os prazos supra, no silêncio, a ré será considerada revel caso em que será nomeado curador especial. São Paulo, 16 de novembro de 2023. **|02,03|**

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1026792-31.2024.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Evandro Lambert De Faria, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Outros procedimentos de jurisdição voluntária movida por ALINE FACIN GALLÃO, CPF 226.244.318-10 e FABIO FACIN GALLÃO, CPF 307.793.488-42 por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC . Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de abril de 2024. **|02,03|**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE Edith Maria Franca, REQUERIDO POR Celia Regina França - PROCESSO Nº**1008117-19.2022.8.26.0704**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Coelho Okida, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 07/03/2024, foi decretada a INTERDIÇÃO de EDITH MARIA FRANCA, CPF 21429530855, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Celia Regina França. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2024. **|02|**

2ª Vara da Família e Sucessões - Foro Regional VIII - Tatuapé Processo nº: **1006215-82.2022.8.26.0008** Classe – Assunto: Interdição/Curatela - Tutela de Urgência Requerente: Luiz Alberto Fernandes Requerido: Catharina Sinigalia Fernandes Teor do ato: "Em razão do exposto, acolho o pedido para decretar a INTERDIÇÃO de Catharina Sinigalia Fernandes, CPF: 125.120.408-28, filha de Agostinho Sinigalia e Maria Negri, nascida em 15/07/1927, viúva, do lar,natural de Espirito Santo do Pinhal - SP, com domicílio em Rua Bacairis, 298, apto 11 Vila Formosa Cep 03357-050 São Paulo - SP, com registro de casamento junto ao Cartório do 3º Subdistrito de Penha de França,São Paulo - SP (nº 114538 01 55 1952 2 00048 176 0010836-10), registro de nascimento junto ao Ofício de Registro Civil de Espírito Santo do Pinhal SP (nº 122655 01 55 1927 1 00056 049 0000538 25), reconhecendo-a parcialmente incapaz de exercer, pessoalmente, todos os atos da vida civil, por ser portadora de demência não especificada (CID-10), e nomeando-lhe curador o requerente, Luiz Alberto Fernandes, CPF: 006.802.918-73, RG: 11.022.973-3, comerciante, com domicílio em Rua Bacairis, 298, apto 11 Vila Formosa Cep 03357-050 São Paulo- SP , sob compromisso. Em obediência ao disposto no §3º do artigo 755 do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo dedez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores e na plataforma do Conselho Nacional deJustiça, se o caso. **|02|**

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1009487-34.2024.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Thatyana Antonelli Marcelino Brabo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Ana Flávia Oliveira Parra e Marcos Luís Parra, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC, prazo de 30 (trinta) dias. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2024. **|02,03|**

COONAGRO – COOPERATIVA NACIONAL DE PRODUTORES AGRICOLAS E DO AGRONEGÓCIO

CNPJ 08.434.937/0001-87 NIRE/JUCESP NR. 35400083891.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Diretor Presidente da COONAGRO - COOPERATIVA NACIONAL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS E DO AGRONEGÓCIO –, convoca seus 143(cento e quarenta e três) associados, em gozo de seus direitos, para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária que se realizará no escritório da COONAGRO situado a Rua Nelson Fernandes, 301 – Cidade Vargas – Jabaquara ,na cidade de São Paulo – SP, **no dia 13 de Maio de 2.024,** obedecendo aos horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social: **01 – em primeira convocação às 12:00 h.** com a presença mínima de **2/3 (dois terços)** do número total de sócios; **02 – em Segunda convocação às 13:00 h**. com a presença da metade mais um do número total de sócios; **03 – em terceira e última** convocação **às 14:00 h**. com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: -I) Eleição** e posse de pelo menos 1/3 do Conselho Fiscal nos termos do artigo 42 do Estatuto Social da COONAGRO -II) Reforma Estatutária. Santana de Parnaíba, 29 de ABRIL de 2.024. **EDISON YAMASATO - Diretor Presidente.**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE NICOLAS DIAS DO RIO, REQUERIDO POR ADRIANA SOARES SANTOS DO RIO E MAURÍCIO DIAS DO RIO - PROCESSO Nº1000751-09.2024.8.26.0008. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr. Luís Eduardo Scarabelli, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 18/04/2024, às fls. 94/100, foi decretada a INTERDIÇÃO de NICOLAS DIAS DO RIO, nos termos que seguem: "Diante do exposto e do que consta dos autos, DECRETO a interdição de Nicolas Dias do Rio, portador do RG: 56.138.4290, CPF: 448.019.318-98, declarando-o, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ficando ratificada a nomeação de Adriana Soares Santos do Rio, portadora do RG:32.423.739-X, CPF: 275.971.458-61, e Maurício Dias do Rio, portador do RG: 18581129, CPF:116.640.57889, como curadores da parte interditada, dispensando-se a prestação de caução, por não se vislumbrar a necessidade da medida. Por força do disposto na legislação, via desta sentença valerá como mandado de registro da interdição junto ao Registro Civil competente, assim como o seu dispositivo valerá como edital, a ser publicado na imprensa local, por uma vez, e no oficial, por três vezes, com intervalos de 10 dias (artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil, bem como artigo 9º, inciso III, do Código Civil)". NADA MAIS.

DEBELMA PARTICIPAÇÕES S.A

CNPJ Nº 03.397.489/0001-75

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO EM MILHARES DE REAIS

Balanços patrimoniais - Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora "2022 Reapresentado NE 2.7"	Controladora "1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7"	Consolidado 2023	Consolidado "2022 Reapresentado NE 2.7"	Consolidado "1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7"
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	129.709	21.243	16.565	173.827	45.824	52.421
Aplicações financeiras	4	41.224	105.823	49.316	58.473	126.799	49.323
Contas a receber	5	154	4	5	8.058	8.763	119
Estoques		-	-	-	84	326	681
Partes relacionadas		-	-	-	2.317	-	3.818
Tributos a recuperar	6	5.749	1.848	4.018	7.681	3.039	5.488
Imposto de renda e contribuição social	13	-	-	166	-	-	166
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	4.950	-	-	4.950	-	-
Títulos a receber na venda de participação societária	7	-	-	-	-	3.669	13.468
Juros sobre capital próprio a receber	8	10.958	763	9.517	-	-	-
Dividendos a receber	8	1.878	19.256	30.054	2.415	2.355	24.948
Outros ativos		28	23	5.427	29	32	5.427
Total do circulante		194.650	148.960	115.063	257.834	190.807	155.859
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Aplicações financeiras	4	114	162	176	114	162	176
Contas a receber	5	160	-	-	14.304	6.348	-
Títulos a receber na venda de participação societária	7	-	-	-	-	-	1.820
Depósitos judiciais	14	11	11	11	439	382	376
Outros ativos		-	-	-	10	10	10
Total do realizável a longo prazo		285	173	187	14.867	6.902	2.382
Investimentos	9	1.043.734	956.226	768.820	1.467.336	1.321.331	1.000.956
Propriedades para investimentos	10	-	-	-	619.653	619.855	622.358
Imobilizado	11	609	914	1.011	20.893	21.240	21.081
Intangível	12	-	-	-	62.416	62.414	62.412
		1.044.343	957.140	769.831	2.170.298	2.024.840	1.706.807
Total do não circulante		1.044.628	957.313	770.018	2.185.165	2.031.742	1.709.189
Total do ativo		1.239.278	1.106.273	885.081	2.442.999	2.222.549	1.865.048

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2023	Controladora "2022 Reapresentado NE 2.7"	Controladora "1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7"	Consolidado 2023	Consolidado "2022 Reapresentado NE 2.7"	Consolidado "1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7"
Circulante							
Títulos a pagar na compra de participação societária		-	-	-	8.025	-	-
Fornecedores		16	-	-	941	865	2.371
Salário e contribuições sociais		12	12	12	17	16	35
Tributos a recolher	6	3.896	806	4.991	9.510	2.223	8.961
Imposto de renda e contribuição social	13	-	-	-	44.536	32.894	21.855
Juros sobre capital próprio a pagar	8	14.682	3.603	21.388	25.449	4.352	30.736
Dividendos a pagar	8	99.953	103.646	20.329	99.996	118.920	47.916
Adiantamentos parte relacionadas	8	2.365	-	-	3.080	2.763	1.997
Outros passivos		29	23	-	72	108	74
Total do circulante		120.953	108.090	46.720	191.626	162.141	113.945
Não circulante							
Tributos parcelados	6	-	-	-	215	547	868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	314	197.485	205.847	214.792
Provisão para contingências	14	-	-	-	440	393	342
Outros passivos		11	11	11	11	-	-
Total do não circulante		11	11	325	198.151	206.787	216.002
Patrimônio líquido	15						
Capital social		160.000	160.000	160.000	160.000	160.000	160.000
Ações em tesouraria de investida indireta		(39.003)	(39.003)	(39.003)	(39.003)	(39.003)	(39.003)
Reserva de capital de investida		1.725	1.725	1.725	1.725	1.725	1.725
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas		198.145	201.809	131.798	198.145	201.809	131.798
Reservas de lucros		797.447	673.641	583.516	797.447	673.641	583.516
		1.118.314	998.172	838.036	1.118.314	998.172	838.036
Participação dos não controladores		-	-	-	934.908	855.449	697.065
Total do patrimônio líquido		1.118.314	998.172	838.036	2.053.222	1.853.621	1.535.101
Total do passivo e do patrimonio líquido		1.239.278	1.106.273	885.081	2.442.999	2.222.549	1.865.048

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado NE 2.7	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro líquido do exercício		188.533	243.951	350.774	455.448
Ajustes					
Depreciação e amortização	11	75	102	319	427
Resultado de investimento e imobilizado baixados		231	-	231	154
Juros, variações monetárias, líquidas		-	(7.846)	-	(12.840)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(175.960)	(239.844)	(240.138)	(355.479)
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquidas		-	-	(47)	6.777
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-	-	20.358	17.268
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	(314)	(8.665)	13.879
		12.879	(3.951)	122.832	125.634
Variações nos ativos e passivos					
Títulos/Contas a receber		(310)	(4)	(7.238)	(3.373)
Tributos a recuperar		(217)	2.383	(12.503)	2.662
Estoques		-	-	242	467
Partes relacionadas		2.365	-	(2.000)	3.818
Outros ativos		(5)	5.405	3	(29.095)
Depósitos judiciais		-	-	(57)	5.394
Fornecedores e parceria agrícola		16	-	(76)	(1.506)
Salários e contribuições sociais a pagar		-	-	1	(19)
Títulos a pagar compra de participação societária		-	-	11.694	-
Tributos a recolher e parcelados		(5.015)	(4.185)	6.955	(7.059)
Provisão para contingências		-	-	47	22.363
Outros passivos		6	(5.719)	(25)	(29.174)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		9.719	(6.071)	119.875	90.112
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(8.362)	(6.314)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		9.719	(6.071)	111.513	83.798
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações e resgates em títulos e valores mobiliários	4	64.647	(48.694)	68.374	(64.669)
Adições ao ativo imobilizado e intangível		-	(5)	(2)	(487)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	(4.950)	-	(4.950)	-
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de investidas	9	88.431	147.741	130.556	196.477
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		148.128	99.042	193.978	131.321
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio		(49.381)	(88.293)	(177.488)	(221.716)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(49.381)	(88.293)	(177.488)	(221.716)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		108.466	4.678	128.003	(6.597)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	21.243	16.565	45.824	52.421
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	129.709	21.243	173.827	45.824

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Atribuível aos acionistas da Controladora

Descrição	Notas	Capital Social	Ações em tesouraria de investida indireta	Reserva de capital de investida indireta	Ajustes de avaliação patrimonial de investidas: Deemed Cost	Hedge accounting	Outros	Reservas de lucros: Legal	Retenção	Reserva de incentivos fiscais reflexa	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de março de 2021		160.000	(39.003)	1.725	207.456	(74.023)	(1.636)	42.130	511.287	45.011	-	852.947	711.712	1.564.659
Ajustes de exercícios anteriores									(14.911)			(14.911)	(14.647)	(29.558)
Saldo em 31 de março de 2021 (Reapresentado - NE 2.7)		160.000	(39.003)	1.725	207.456	(74.023)	(1.636)	42.130	496.376	45.011	-	838.036	697.065	1.535.101
Dividendos adicionais deliberados no exercício	15 (c)	-	-	-	-	-	-	-	(107.115)	-	-	(107.115)	(39.280)	(146.395)
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	15 (c)	-	-	-	-	-	-	-	(31.629)	-	-	(31.629)	(25.058)	(56.687)
Efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.682	17.682
Variação de participação em investida reflexa	9	-	-	-	18.013	-		-	-	-	-	18.013	4	18.017
Reflexo de tributos diferidos de investida		-	-	-	1.643	-	-	-	-	-	-	1.643	-	1.643
Resultado com derivativos - hedge accounting de investida	15 (b)	-	-	-	-	50.356	-	-	-	-	-	50.356	45.337	95.693
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	243.951	243.951	211.497	455.448
Destinação do lucro:	15 (c)													
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-		-		(15.083)	(15.083)	(51.798)	(66.881)
Lucros a destinar pelos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	228.868	-	(228.868)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022 (Reapresentado - NE 2.7)		160.000	(39.003)	1.725	227.112	(23.667)	(1.636)	42.130	586.500	45.011	-	998.172	855.449	1.853.621
Dividendos adicionais deliberados no exercício	15 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.678)	(3.678)
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	15 (c)	-	-	-	-	-	-	-	(53.479)	-	-	(53.479)	(36.484)	(89.963)
Aquisição de ações emitidas por investida		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Variação de participação em investida reflexa	9	-	-	-	10	-	-	-	64	-	-	74	10	84
Resultado com derivativos - hedge accounting de investida	15 (b)	-	-	-	-	(3.674)		-	-	-	-	(3.674)	(3.309)	(6.983)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	188.533	188.533	162.219	350.752
Destinação do lucro:	15 (c)													
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-		-		(11.312)	(11.312)	(39.298)	(50.610)
Lucros a destinar pelos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	177.221	-	(177.221)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2023		160.000	(39.003)	1.725	227.122	(27.341)	(1.636)	42.130	710.306	45.011	-	1.118.314	934.908	2.053.222

Demonstrações do resultado

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado NE 2.7	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado NE 2.7
Receitas líquidas	16	-	-	75.275	77.536
Custo dos imóveis vendidos	17	-	-	(328)	(307)
Lucro bruto		-	-	74.947	77.229
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(5.838)	(4.025)	(14.967)	(12.078)
Resultado de equivalência patrimonial	9	175.960	239.844	240.138	355.479
Outras receitas e despesas operacionais	18	384	19	35.612	53.125
		170.506	235.838	260.783	396.526
Lucro operacional		170.506	235.838	335.730	473.755
Resultado financeiro	19				
Receitas financeiras		19.459	9.348	35.528	19.610
Despesas financeiras		(1.432)	(1.549)	(8.791)	(6.770)
		18.027	7.799	26.737	12.840
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		188.533	243.637	362.467	486.595
Imposto de renda e contribuição social	13				
Correntes		-	-	(20.358)	(17.268)
Diferidos		-	314	8.665	(13.879)
Lucro líquido do exercício		188.533	243.951	350.774	455.448
Atribuível a					
Controladores da companhia				188.533	243.951
Participação dos não controladores				162.241	211.497
				350.774	455.448
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	20				
Ordinária				3.902	5.049
Preferêncial				4.292	5.554

Demonstrações do resultado abrangente

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado NE 2.7	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro líquido do exercício		188.533	243.951	350.774	455.448
Resultado reflexo com derivativos e outros instrumentos financeiros - hedge accounting, líquidos de impostos	15 (b)	(3.674)	50.356	(6.983)	95.693
Resultado abrangente do exercício		184.859	294.307	343.791	551.141

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais A Debelma Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") está sediada em Américo Brasiliense/SP, e tem como objeto social e atividade preponderante a participação societária no capital de outras empresas, incorporações e participações em empreendimentos. Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém os seguintes investimentos (diretos e indiretos):

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 22/04/2024. **Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e de suas coligadas** Os possíveis impactos da COVID-19 foram refletidos nas estimativas e julgamentos realizados pelas controladas e coligadas do Grupo na preparação de suas demonstrações financeiras. Substancialmente, aquelas realizadas a valor justo de ativos biológicos, nos instrumentos financeiros derivativos com exposição cambial e no teste de *impairment* de ativos não financeiros para exercício de 31/03/2023. Na data em que foi autorizada a emissão das demonstrações financeiras, a administração avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade de operação futura da Companhia, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício de 31/03/de março de 2023 decorrentes dos possíveis impactos da COVID -19. **Guerra entre Ucrânia e Rússia** O conflito entre Rússia e Ucrânia, que teve início em 20/02/2022, tem impactado o cenário econômico global. No setor sucroenergético, tal impacto pode afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, adubos, petróleo e outras commodities. A Companhia possui coligada e controlada que atua nesse setor, sendo assim, acompanha a situação de maneira que possa adotar medidas para minorar os possíveis efeitos. 2. **Resumo das políticas contábeis significativas** As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 2.1 **Base de preparação** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de propriedades para investimento e imobilizados, bem como ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. 2.2 **Base de consolidação** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados. *a)* **Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida de forma reflexa em seu patrimônio líquido. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação aplicáveis. Portanto, os saldos consolidados incluem as controladas Cia. Agrícola Debelma ("CAD") e Luiz Ometto Participações S.A. ("LOP"), além da controlada da LOP, Agro Pecuária Boa Vista S.A., que têm como objeto social atividades ligadas à agricultura, loteamentos, construção civil destinada à venda e compra de imóveis, por conta própria ou de terceiros, e participação em sociedades de consórcios. A receita operacional decorre basicamente de parceria agrícola e arrendamento de terras com empresa ligada, além da venda de lotes. *b)* **Transações e participações de acionistas não controladores** A Companhia trata as transações com participações de acionistas não controladores, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido. 2.3 **Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4 **Conversão em moeda estrangeira** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. 2.5 **Instrumentos financeiros** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. *a)* **Ativos financeiros** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. *(i)* **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** Os ativos que são mantidos para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamento do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por i*mpairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. *(ii)* **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. *(iii)* **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. As perdas por impairment reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado. O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas", exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: *(i)* perdas de crédito esperadas para 12 meses, *(ii)* perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e *(iii)* perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. *b)* **Passivos financeiros** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *c)* **Instrumentos financeiros derivativos** Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*. As controladas da Companhia documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*. *d)* **Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.6 **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** As alterações das normas citadas abaixo foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31/03/2023. A adoção antecipada de normas, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alteração ao CPC 26** - Apresentação das Demonstrações Contábeis: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenants*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. As alterações do CPC 26 têm vigência a partir de 1°/01/2024, no caso da Companhia, a partir e 1°/04/2024. **Alteração ao CPC 26** - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o CPC emitiu nova alteração ao CPC 26 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1°/01/2023, no caso da Companhia, a partir de 1°/04/2023. **Alteração ao CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1°/01/2023, no caso da Companhia, a partir de 1°/04/2023. **Alteração ao CPC 32** - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1°/01/2023, no caso da Companhia, a partir de 1°/04/2023. Não há outras normas CPC ou interpretações de normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 2.7 **Reapresentação das cifras comparativas** No processo de revisão tributária e preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controlada LOP para o exercício findo em 31/03/2023, a administração da controlada, com apoio de assessores jurídicos, entenderam que: (i) Considerando que a LOP possuía participação societária de 55,31% na Santa Cruz S/A Açúcar e Álcool ("USC"); (ii) Considerando que a LOP alienou a totalidade de sua participação societária na empresa USC à empresa São Martinho S.A. ("São Martinho"), em junho de 2014; (iii) Considerando que a São Martinho, após essa aquisição, incorporou a USC; (iv) Considerando que a empresa USC possuía ativos e passivos contingentes que não fizeram parte dessa alienação, ou seja, permaneceram de direito e obrigação desta Companhia, em especial, "direitos sobre ação de preços" ajuizada pela empresa Copersucar S.A. contra a União Federal (Processo do IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool) que discutia danos emergentes provocados pelo congelamento de preços arbitrado pelo governo brasileiro em face a empresas que comercializavam açúcar e álcool, dentre essas, a USC; (v) Considerando que na alienação da participação societária da LOP na empresa USC para São Martinho não incluiu determinados ativos e passivos contingentes, nesse caso, substancialmente, direitos sobre o Processo do IAA ajuizada pela empresa Copersucar; (vi) Considerando que a ação relacionada ao Processo do IAA obteve êxito junto a União Federal, em junho de 2018, com finalização do repasse em março de 2024, gerando pagamentos relevantes à Copersucar S.A. que, por sua vez, repassou para São Martinho relativo a parte da USC (incorporada pela São Martinho); e (vii) Considerando que a São Martinho repassou, consequentemente, para a LOP, os respectivos valores recebidos relativo à participação na USC, líquidos de impostos. Em fevereiro de 2023, a LOP recebeu notificação das autoridades fiscais questionando a tributação sobre os valores recebidos através do repasse da São Martinho em decorrência do Processo de IAA. Diante da incerteza no entendimento da autoridade fiscal sobre a tributação desses valores, a administração da LOP, com apoio de seus assessores jurídicos, revisitou o tratamento fiscal até então adotado a luz do ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e concluiu ser necessário o registro dos tributos (IRPJ e CSLL) sobre estes valores recebidos, na modalidade de ganho de capital. Em decorrência da avaliação realizada pela controlada as obrigações acessórias dos exercícios afetados foram retificadas. Nesse contexto, os seguintes ajustes que impactam exercícios anteriores foram identificados e contabilizados nas demonstrações financeiras correspondentes da LOP, apresentadas para fins comparativos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro, a saber: a) Depósitos judiciais b) Imposto de renda e contribuição social c) Imposto de renda e contribuição social diferidos d) Provisão para contingências e) Reserva de lucros. Os efeitos da reapresentação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo: **Balanço Patrimonial – Em 31 de março:**

	Controladora "2022 Originalmente apresentado"	Ajustes	"2022 Reapresentado NE 2.7"	"1º de abril de 2021 Originalmente apresentado"	Ajustes	"1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7"	Consolidado "2022 Originalmente apresentado"	Ajustes	"2022 Reapresentado NE 2.7"	"1º de abril de 2021 Originalmente apresentado"	Ajustes	"1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7"
Ativo												
Ativo circulante	148.960	-	148.960	115.063	-	115.063	190.807	-	190.807	155.859	-	155.859
Ativo não circulante												
Realizável a longo prazo												
Depósitos judiciais	11	-	11	11	-	11	88.509	(88.127)	382	59.414	(59.038)	376
Investimentos	978.565	(22.339)	956.226	783.731	(14.911)	768.820	1.321.331	-	1.321.331	1.000.956	-	1.000.956
Demais ativos não circulantes	1.076	-	1.076	1.187	-	1.187	710.029	-	710.029	707.857	-	707.857
	979.652	(22.339)	957.313	784.929	(14.911)	770.018	2.119.869	(88.127)	2.031.742	1.768.227	(59.038)	1.709.189
Total do ativo	1.128.612	(22.339)	1.106.273	899.992	(14.911)	885.081	2.310.676	(88.127)	2.222.549	1.924.086	(59.038)	1.865.048
Passivo e patrimônio líquido												
Passivo circulante												
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	2.589	30.305	32.894	1.673	20.182	21.855
Demais passivos circulantes	108.090	-	108.090	46.720	-	46.720	129.247	-	129.247	92.090	-	92.090
Passivo circulante	108.090	-	108.090	46.720	-	46.720	131.836	30.305	162.141	93.763	20.182	113.945
Passivo não circulante												
Tributos parcelados	-	-	-	-	-	-	547	-	547	868	-	868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	314	-	314	191.869	13.978	205.847	205.416	9.376	214.792
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	88.520	(88.127)	393	59.380	(59.038)	342
Outros passivos	11	-	11	11	-	11	-	-	-	-	-	-
	11	-	11	325	-	325	280.936	(74.149)	206.787	265.664	(49.662)	216.002
Patrimônio líquido												
Capital social	160.000	-	160.000	160.000	-	160.000	160.000	-	160.000	160.000	-	160.000
Reservas de lucros	695.980	(22.339)	673.641	598.427	(14.911)	583.516	695.980	(22.339)	673.641	598.427	(14.911)	583.516
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	877.393	(21.944)	855.449	711.712	(14.647)	697.065
Demais contas do patrimônio líquido	164.531	-	164.531	94.520	-	94.520	164.531	-	164.531	94.520	-	94.520
	1.020.511	(22.339)	998.172	852.947	(14.911)	838.036	1.897.904	(44.283)	1.853.621	1.564.659	(29.558)	1.535.101
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.128.612	(22.339)	1.106.273	899.992	(14.911)	885.081	2.310.676	(88.127)	2.222.549	1.924.086	(59.038)	1.865.048

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de março:

	Controladora 2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado NE 2.7	Consolidado 2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro bruto	-	-	-	77.229	-	77.229
Receitas (despesas) operacionais						
Resultado de equivalência patrimonial	247.272	(7.428)	239.844	355.479	-	355.479
Despesas gerais e administrativas, outras receitas e despesas operacionais	(4.006)	-	(4.006)	41.047	-	41.047
	243.266	(7.428)	235.838	396.526	-	396.526
Lucro operacional	243.266	(7.428)	235.838	473.755	-	473.755
Resultado financeiro	7.799	-	7.799	12.840	-	12.840
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	251.065	(7.428)	243.637	486.595	-	486.595
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	-	-	-	(7.145)	(10.123)	(17.268)
Diferidos	314	-	314	(9.277)	(4.602)	(13.879)
Lucro líquido do exercício	251.379	(7.428)	243.951	470.173	(14.725)	455.448
Atribuível a						
Controladores da companhia				251.379	7.428	243.951
Participação dos não controladores				218.794	7.297	211.497
				470.173	14.725	455.448
Lucro básico e diluído por ação (em reais)						
Ordinária	5.203					5.049
Preferêncial	5.723					5.554

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de março:

	Controladora 2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado NE 2.7	Consolidado 2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro líquido do exercício	251.379	(7.428)	243.951	470.173	(14.725)	455.488
Resultado reflexo com derivativos e outros instrumentos financeiros - hedge accounting, líquidos de impostos	50.356		50.356	95.693		95.693
Resultado abrangente do exercício	301.735	(7.428)	294.307	565.866	(14.725)	551.141

Demonstração dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de março:

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora 2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado NE 2.7	Consolidado 2022 Originalmente apresentado	Ajustes	2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro líquido do exercício		251.379	(7.428)	243.951	470.173	(14.725)	455.448
Ajustes							
Depreciação e amortização	17	102		102	427		427
Baixa do ativo imobilizado		-		-	-		-
Juros, variações monetárias, líquidas	19	(7.846)		(7.846)	(12.840)		(12.840)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(247.272)	7.428	(239.844)	(355.479)		(355.479)
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquidas	18	-		-	6.777		6.777
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-		-	7.145	10.123	17.268
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(314)		(314)	9.277	4.602	13.879
		(3.951)	-	(3.951)	125.480	-	125.480
Variações nos ativos e passivos		(2.120)	-	(2.120)	(35.368)		(35.368)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(6.071)	-	(6.071)	90.112	-	90.112
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-		-	(6.314)		(6.314)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(6.071)	-	(6.071)	83.798	-	83.798
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		99.042	-	99.042	131.321	-	131.321
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos							
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio		(88.293)		(88.293)	(221.716)		(221.716)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(88.293)	-	(88.293)	(221.716)	-	(221.716)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		4.678	-	4.678	(6.597)	-	(6.597)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.565		16.565	52.421		52.421
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		21.243	-	21.243	45.824	-	45.824

3. **Principais usos de estimativas e julgamentos** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir: *a)* **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As controladas da Companhia utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A Companhia e suas controladas estimam as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período. *b)* **Provisão para contingências** As controladas da Companhia são parte envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. 4. **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e Bancos	-	-	2	2
Certificado de depósito bancário - CDB (ii)	-	-	44.117	24.579
Fundo de investimento - Renda Fixa	129.709	21.243	129.708	21.243
Total de caixa e equivalentes de caixa	129.709	21.243	173.827	45.824
Aplicações financeiras				
Fundo de ações	1.471	1.683	1.471	1.683
Fundo de investimentos e renda fixa	37.244	92.424	37.244	92.424
Letras financeiras	2.509	11.716	2.509	11.716
Fundo de renda variável	114	162	114	162
Fundo de investimento exclusivo (i)	-	-	17.249	20.976
Total de aplicações financeiras	41.338	105.985	58.587	126.961
Total de recursos disponíveis	171.047	127.228	232.414	172.785
Ativo Circulante	170.933	127.066	232.300	172.623
Ativo Não Circulante	114	162	114	162

(i) Com o objetivo de diversificar a carteira de ativos e otimizar a gestão operacional e financeira, a controlada Agropecuária Boa Vista S.A ("ABV") aderiu em junho de 2015 a um Fundo de Investimento Referenciado DI Exclusivo com liquidez diária, com rendimentos sobre a variação do CDI – taxa média ponderada (102,2% em 2023 e 109,4% em 2022); e (ii) Os Certificados de depósitos bancários têm rendimentos correspondentes de 101,00% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e são equivalentes de caixa devido sua alta liquidez. As aplicações financeiras eram representadas por Debêntures compromissadas e tinham rendimentos correspondentes de 100% a 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, além de aplicações financeiras em fundo de investimento multimercados exclusivos, entre outras. 5. **Contas a receber** O saldo de contas a receber de clientes é proveniente de parcerias agrícola, aluguel de salas comerciais e arrendamento de terras das controladas CAD e LOP.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a receber	154	4	8.058	8.763
Total de contas a receber	154	4	8.058	8.763

Em 31/03/2023, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa. 6. **Tributos *a)*** A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

Tributos a recuperar	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRRF e CSRF	5.424	1.777	6.312	1.966
Outros	325	71	1.369	1.073
Total de tributos a recuperar	5.749	1.848	7.681	3.039

b) A composição dos saldos dos tributos a recolher e parcelados está demonstrada abaixo:

Tributos a recolher e parcelados	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRRF	2.606	648	6.440	916
Parcelamentos - Lei 11.941/2009	-	-	580	893
PIS e COFINS	1.290	158	2.584	834
Outros tributos	-	-	121	127
Total de tributos a recolher e parcelados	3.896	806	9.725	2.770
Passivo Circulante	3.896	806	9.510	2.223
Passivo Não Circulante (tributos parcelados)	-	-	215	547

7. **Títulos a receber na venda de participação societária** Os títulos a receber estão registrados na Luiz Ometto Participações S.A, e são decorrentes da alienação, a prazo, de ações da Sanca Cruz S.A., em agosto de 2014, líquida do saldo a pagar pela aquisição da ABV.

Consolidado

	Contas a receber pela alienação de participação societária SC	Contas a pagar pela aquisição de participação societária ABV	Saldo final líquido
Saldo Inicial em 2022	62.747	(59.078)	3.669
Atualização monetária	6.976	(6.833)	143
Pagamento (recebimento) de principal	(26.677)	26.501	(176)
Pagamento (recebimento) de atualizações monetárias	(11.661)	-	(11.661)
Saldo Final em 2023	31.385	(39.410)	(8.025)
Passivo Circulante			(8.025)

Consolidado

	Contas a receber pela alienação de participação societária SC	Contas a pagar pela aquisição de participação societária ABV	Saldo final líquido
Saldo Inicial em 2021	93.739	(78.451)	15.288
Atualização monetária	4.986	(4.341)	645
Pagamento (recebimento) de principal	(24.246)	23.714	(532)
Pagamento (recebimento) de atualizações monetárias	(11.732)	-	(11.732)
Saldo Inicial em 2022	62.747	(59.078)	3.669
Circulante			3.669
Não Circulante			-

Os títulos são corrigidos pelo CDI, sendo pagos anualmente. A análise de vencimento desses títulos a receber/pagar está apresentada abaixo:

	Contas a receber pela alienação de participação societária SC 2023	2022	Contas a pagar pela aquisição de participação societária ABV 2023	2022	Saldo final líquido 2023	2022
A vencer:						
Menos de 1 ano	31.385	31.210	(19.690)	(19.590)	11.695	11.620
Entre 1 e 3 anos	-	31.537	(19.720)	(39.488)	(19.720)	(7.951)
Total a Vencer	31.385	62.747	(39.410)	(59.078)	(8.025)	3.669

8. **Partes relacionadas *a)* Saldos:**

Ativo Circulante	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Juros sobre capital próprio a receber					
Luiz Ometto Participações S.A		10.958	763	-	-
		10.958	763	-	-
Dividendos a receber					
Luiz Ometto Participações S.A		-	15.422	-	-
Cia Agrícola Debelma		989	2.830	-	-
Agro Pecuária Vale do Corumbataí		825	1.004	825	1.003
Imobiliária Paramirim S.A		-	-	183	-
LJN Participações S.A		-	-	1.343	1.352
São Martinho S.A.		64	-	64	-

continua...

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Continuação...

	Nota				
		1.878	19.256	2.415	2.355
Alienação e aquisição de participação societária					
São Martinho S.A.	7	-	-	-	3.669
		-	-	-	3.669
Total do Ativo Circulante		**12.836**	**20.019**	**2.415**	**6.024**

Os saldos referentes a dividendos a receber de coligadas têm expectativa de liquidação no curto prazo.

Passivo Circulante	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Juros sobre capital próprio a pagar					
Aos acionistas		14.682	3.603	14.682	3.603
Dimas Ometto Participações S.A.		-	-	10.767	749
		14.682	3.603	25.449	4.352
Dividendos a pagar e antecipações					
Aos acionistas		99.953	103.646	99.996	103.767
Dimas Ometto Participações S.A.		-	-	-	15.153
		99.953	103.646	99.996	118.920
Em Adiantamentos de clientes					
São Martinho S.A.		-	-	3.080	2.763
Luiz Ometto Participações S.A		2.365	-	-	-
		2.365	-	3.080	2.763
Total do Passivo Circulante		**117.000**	**107.249**	**128.525**	**126.035**

Os saldos no passivo circulante correspondem aos dividendos mínimos obrigatórios a pagar do exercício. ***b)* Transações no exercício**

São Martinho S.A	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita bruta		
Parceria agrícola (i)	63.680	62.510
Arrendamento de terras e aluguel de imóvel (ii)	147	140
Total receita bruta	**63.827**	**62.650**
Rateio de despesas administrativas		
Luiz Ometto Participações S.A.	(402)	(940)
Agro Pecuária Boa Vista S.A.	(179)	(168)
Total do rateio de despesas administrativas	**(581)**	**(1.108)**

(i) Cia. Agrícola Debelma
(ii) Agro Pecuária Boa Vista S.A.

As transações efetuadas durante o exercício de 31/03/2023 e 2022 referem-se a operações da Controlada indireta Agro Pecuária Boa Vista S.A. com a São Martinho. ***c)* Remuneração do pessoal-chave da Administração** O pessoal-chave da administração está representado pelos diretores. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços prestados desses profissionais, a título de pró-labore, incluindo os encargos sociais correlatos, representou:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Pró-labore	653	614	839	782
Encargos sociais	131	123	168	163
Total da remuneração e encargos	**784**	**737**	**1.007**	**945**

9. **Investimentos *a)* Investimentos em sociedades coligadas e controladas**

Controladora

	Nota	2023 Luiz Ometto Participações S.A.	2023 São Martinho S.A. (i)	2023 Cia. Agrícola Debelma	2023 Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A. (i)	2023 Total	2022 Reapresentado NE 2.7 Luiz Ometto Participações S.A.	2022 São Martinho S.A.	2022 Cia. Agrícola Debelma	2022 Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A. (i)	2022 Total
Informações sobre as investidas											
Quantidade de ações possuídas		7.978.911	3.598.257	1.396	20.620.661		7.978.911	3.598.257	1.396	20.620.661	
Percentual de participação		50,447%	1,039%	95,879%	50,000%		50,447%	1,039%	95,879%	50,000%	
Capital social		500.000	3.161.384	20.628	18.707		500.000	2.681.571	20.628	18.707	
Lucro líquido do exercício		316.176	1.015.744	4.346	3.482		416.375	1.480.868	12.430	4.226	
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos		(150.691)	(255.000)	(5.080)	353		(226.645)	(507.564)	(4.792)	(3.342)	
Patrimônio líquido em 31 de março		1.808.895	5.912.363	29.905	45.534		1.650.066	5.318.425	30.639	41.699	
Saldo de mais valia apurada na combinação de negócios (d)		-	-	-	33.169		-	-	-	33.169	
Movimentação do investimento											
Saldo inicial		**832.401**	**55.249**	**29.377**	**37.433**	**954.460**	**672.514**	**40.891**	**22.054**	**31.592**	**767.051**
Integralização de capital com AFAC		-	-	-	4.950	4.950	-	-	-	5.400	5.400
Resultado com derivativos - hedge accounting de coligada		(3.368)	(306)	-	-	(3.674)	46.156	4.192	-	-	50.348
Dividendos adicionais deliberados no exercício		-	(1.366)	-	-	(1.366)	-	(2.069)	-	-	(2.069)
Reserva de lucros a realizar reflexa		-	(64)	-	-	(64)	-	(62)	-	-	(62)
Efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial	15 (b)	11	-	-	-	11	18.018	(1)	-	-	18.017
Reflexo de tributos diferidos de investida		-	-	-	-	-	-	1.638	-	-	1.638
Equivalência patrimonial do exercício		159.500	10.552	4.167	1.741	175.960	210.047	15.962	11.918	2.113	240.040
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos		(76.018)	(2.649)	(4.871)	(4.773)	(88.311)	(114.334)	(5.302)	(4.595)	(1.672)	(125.903)
Subtotal		912.526	61.416	28.673	39.351	1.041.966	832.401	55.249	29.377	37.433	954.460
Ágio na aquisição de ações - controladora		-	-	-	1.768	1.768	-	-	-	1.768	1.768
Saldos em 31/03/ - controladora		**912.526**	**61.416**	**28.673**	**41.119**	**1.043.734**	**832.401**	**55.249**	**29.377**	**39.201**	**956.228**

Consolidado

	Nota	2023 LJN Participações S.A. (i)	2023 São Martinho S.A. (i)	2023 Imobiliária Paramirim S.A. (i)	2023 Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A. (i)	2023 Total	2022 Reapresentado NE 2.7 LJN Participações S.A. (i)	2022 São Martinho S.A. (i)	2022 Imobiliária Paramirim S.A. (i)	2022 Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A. (i)	2022 Total
Informações sobre as investidas											
Quantidade de ações possuídas		161.387.814	3.598.257	382.800	20.620.661		161.387.814	3.598.257	382.800	20.620.661	
Percentual de participação		41,212%	1,039%	29,976%	50,000%		41,212%	1,039%	29,977%	50,000%	
Capital social		1.745.385	3.161.384	23.296	18.707		1.481.853	2.681.571	23.296	18.707	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		545.049	1.015.744	10.698	3.482		806.477	1.480.868	17.423	4.226	
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos		(201.549)	(255.000)	(610)	353		380.087	(507.564)	7.238	(3.342)	
Patrimônio líquido em 31 de março		3.249.973	5.912.363	84.844	45.534		2.922.624	5.318.425	74.756	41.699	
Saldo de mais valia apurada na combinação de negócios (d)		-	-	-	33.169		-	-	-	33.169	
Movimentação do investimento											
Saldo inicial		**1.204.472**	**55.249**	**22.409**	**37.433**	**1.319.563**	**902.898**	**40.891**	**23.807**	**31.592**	**999.188**
Integralização de capital com AFAC		-	-	-	4.950	4.950	-	-	-	5.400	5.400
Resultado com derivativos - hedge accounting de coligada		(6.678)	(306)	-	-	(6.984)	91.494	4.192	-	-	95.686
Dividendos adicionais deliberados no exercício		-	(1.366)	-	-	(1.366)	-	(2.069)	(4.460)	-	(6.529)
Valor de lucros a realizar reflexa		21	(64)	-	-	(43)	(1.352)	(62)	-	-	(1.414)
Efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial	15 (b)	-	-	-	-	-	35.708	(1)	-	-	35.707
Reflexo de tributos diferidos de investida		-	-	(206)	-	(206)	-	1.638	9	-	1.647
Equivalência patrimonial do exercício		224.626	10.552	3.230	1.741	240.149	332.365	15.962	5.223	2.113	355.663
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos		(83.062)	(2.649)	-	(4.773)	(90.484)	(156.641)	(5.302)	(2.170)	(1.672)	(165.785)
Subtotal		1.339.379	61.416	25.433	39.351	1.465.579	1.204.472	55.249	22.409	37.433	1.319.563
Ágio na aquisição de ações - controladora		-	-	-	1.768	1.768	-	-	-	1.768	1.768
Saldos em 31 de março - controladora		**1.339.379**	**61.416**	**25.433**	**41.119**	**1.467.347**	**1.204.472**	**55.249**	**22.409**	**39.201**	**1.321.331**

(i) Investidas não consolidadas, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas. ***b)* Informações complementares sobre a São Martinho** Considerando a relevância do investimento na coligada São Martinho, de forma indireta por meio do investimento na LJN (controlada da São Martinho), no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da investida são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board. A emissão das demonstrações financeiras da São Martinho foi aprovada por seu Conselho de Administração em 19/06/2023. Essas demonstrações financeiras, foram publicadas no D.O.U., também estão disponíveis, na íntegra, na sede social da investida, e no site da CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Segue abaixo um sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da referida investida:

Ativo	2023	2022
Circulante	5.500.913	5.309.033
Não circulante	12.908.124	11.635.357
Total do ativo	**18.409.037**	**16.944.390**
Passivo		
Circulante	2.605.517	2.148.409
Não circulante	9.891.157	9.477.556
Patrimônio líquido	5.912.363	5.318.425
Total do passivo e do patrimônio líquido	**18.409.037**	**16.944.390**
Demonstração do resultado		
Receita líquida das vendas	6.494.335	5.527.316
Custo dos produtos vendidos	(4.689.845)	(3.362.718)
Receitas (despesas) operacionais	263.833	256.602
Resultado financeiro	(907.737)	(496.146)
Imposto de renda e contribuição social	(144.842)	(444.186)
Lucro líquido do exercício	**1.015.744**	**1.480.868**

	2023	2022
Valor da participação, indireta (via LJN), da Companhia no patrimônio da São Martinho:		
Patrimonial	1.336.964	1.202.657
Mercado (*)	2.041.328	3.569.643

(*) O valor de mercado desse investimento não reflete, necessariamente, o valor de realização de uma parcela representativa de participação acionária. Trata-se apenas de uma estimativa baseada na cotação do valor da ação ("SMTO3") no fechamento do dia 31 de março, multiplicada pela quantidade de ações possuídas, indiretamente, pela Companhia. **Direito creditório da São Martinho S.A. referente a processos judiciais** No processo de desligamento da Copersucar, a investida indireta São Martinho (participação indireta de 22,35% em 31/03/2023) celebrou contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. Conforme divulgado pela Copersucar, o Poder Judiciário condenou a União a indenizar a cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980. Houve requisição de pagamento na ordem de R$ 5,6 bilhões (R$ 730,5 milhões proporcionais à São Martinho). Pleiteia-se o pagamento de saldo complementar na ordem de R$ 12,8 bilhões (R$ 1,665 bilhão proporcional), tendo a União Federal alegado excesso de R$ 2,2 bilhões (R$ 286,3 milhões proporcionais), em manifestação datada de 4/05/2018. No mês de março de 2019 houve o recebimento da 1ª parcela do primeiro precatório, adicionalmente em dezembro de 2019 foi levantada a 2ª parcela do primeiro precatório e a 1ª parcela do precatório complementar. No exercício findo em 31/03/2021 houve o recebimento da 3ª parcela do primeiro precatório e a 2ª parcela do precatório complementar ambos em setembro de 2020. A 3ª parcela do precatório complementar e a 4ª parcela do primeiro precatório foi recebida em outubro de 2021. Durante o exercício findo em 31/03/2023 ocorreu o recebimento da 5ªparcela do primeiro precatório e a 4ª parcela do precatório complementar ambas em outubro de 2022 (Nota 18). Conforme mencionado na nota explicativa 2.7, a tratativa fiscal adotada para a tributação dos recebimentos foi revisita pela administração da LOP, com apoio de assessores jurídicos, e a provisão correspondente aos tributos sobre o ganho de capital reconhecida na controlada. ***c)* Comentários adicionais sobre as sociedades investidas** As demonstrações financeiras da LJN Participações S.A., Agro Pecuária Boa Vista S.A. e São Martinho S.A. foram examinadas por auditores independentes para a data-base de 31/03/2023 e as demonstrações financeiras da Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A. foram revisadas conforme a NBC TR 2400 – Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis, por auditores independentes em 31/03/2023. Os ativos não circulantes da Agro Pecuária Boa Vista S.A ("ABV") incluem créditos acumulados de ICMS, no montante de R$ 12.314, para os quais não há, presentemente, expectativas prováveis de realização considerando as atividades atuais da Agro Pecuária Boa Vista S.A ("ABV") e a legislação vigente. Embora a Agro Pecuária Boa Vista S.A ("ABV") ainda não tenha registrado uma provisão para perdas (impairment) sobre esses créditos, a Companhia está considerando o efeito dessas possíveis perdas, para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação. ***d)* Cisão do investimento, detido pela LOP, na Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A.** Em 31/10/2017 houve a cisão do investimento societário detido pela controlada LOP na Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A., conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária nessa mesma data, e, em consonância com o correspondente Laudo de avaliação de acervo formado pelo referido investimento, tendo como data-base 31/08/2017. Na data em que ocorreu a cisão, a Vale do Corumbataí era composta por 54.245.035 ações sendo que deste total de ações, a LOP detinha 31.683.525 ações, perfazendo uma participação de 58,41%. Após a cisão da Vale do Corumbataí, 15.983.229 ações que representavam 29,46% de participação na Vale do Corumbataí foram transferidas para a Companhia e 15.700.296 ações que representavam 28,94% de participação foram transferidas à Dimas Ometto Participações S.A. ("Dimas"). Em 27/11/2017, a Dimas alienou 4.637.432 ações da Vale do Corumbataí para a Companhia pelo valor R$ 9.111 e, consequentemente, a Companhia passou a ter 20.620.661 ações da Vale do Corumbataí, que representam 38,01% de participação na investida, com controle compartilhado. A Companhia apurou um ágio nessa aquisição de R$ 1.768. Consequentemente a Vale do Corumbataí deixou de ser uma controlada indireta da Companhia a partir daquela data; motivo pelo qual também deixou de ser consolidada nas demonstrações financeiras de 31/03/2018. Adicionalmente, a referida perda relativa de controle, de controlada indireta para controlada em conjunto, resultou na necessidade de remensuração do investimento pré-existente, proveniente da cisão, ao valor justo, tendo como base uma mais-valia líquida, na data-base de 31/10/2017, no montante de R$ 10.689, reconhecida no resultado do exercício. Em Assembleia realizada em 28/02/2019, os acionistas da Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A. (APVC) aprovaram a cisão parcial de ativos e passivos da mesma, os quais foram vertidos para a acionista Imobiliária Paramirim S.A., que nesse ato também deixou de ter participação societária na APVC. Em razão desta cisão parcial, o capital social da APVC foi reduzido em R$ 2.493 com o cancelamento de 13.003.713 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando de R$ 10.400 para R$ 7.907, dividido em 41.241.322 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a Companhia detém, após a cisão, 50% do total de ações. ***e)* Constituição SPE Vila Verde** Em 31/03/2022, a Agro Pecuária Boa Vista S.A. possui participação de 99,98% no capital social da SPE Vila Verde. A integralização e aporte de capital na SPE Vila Verde foi composto pelo acervo líquido de terras no montante de R$ 681. Adicionalmente, foi cedido para a Agropecuária Boa vista S.A. R$ 1 em quota de participações na SPE Vila Verde dos sócios anteriores. 10. **Propriedades para investimentos** Representadas por imóveis (substancialmente terras) da controlada Agro Pecuária Boa Vista S.A ("ABV") e da Companhia, mantidos para arrendamento e valorização e demonstrados ao valor de custo depreciado, ajustado pelo custo atribuído (*deemed cost*) na adoção da Lei 11.638/07 e Procedimentos Contábeis (CPCs).

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Outras imobilizações	Propriedade Investimento	Total
Saldos em 31/03/2021	**615.269**	**7.052**	**2**	**35**	**622.358**
Aquisição	24	-	-	106	130
Custo da alienação	-	(2.268)	1	-	(2.267)
Depreciação	-	(252)	(2)	-	(254)
Transferência para estoque	(112)	-	-	-	(112)
Saldos em 31/03/2022	**615.181**	**4.532**	**1**	**141**	**619.855**
Custo total	615.181	4.532	3	142	619.858
Depreciação acumulada	-	-	(3)	-	(3)
Valor residual	615.181	4.532		142	619.855
Aquisição	-	-	-	70	70
Depreciação	-	(272)	-	-	(272)
Transferência para estoque	212	-	-	(212)	-
Saldos em 31/03/2023	**615.393**	**4.260**			**619.653**
Custo total	615.393	4.260	3	-	619.656
Depreciação acumulada	-	-	(3)	-	(3)
Valor residual	615.393	4.260			619.653
Valores Residuais :					
Custo histórico	58.825	4.260	-	-	63.085
Mais-valia	556.568	-	-	-	556.568
Taxas médias anuais de depreciação	-	6%	-	-	

As terras da controlada indireta Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("ABV") estão registradas pelo custo atribuído e, portanto, correspondem a maior parte das propriedades para investimento do consolidado, representadas por 20.144,05 hectares de terra nua situadas no interior do estado de São Paulo, dos quais 2.496 ha. de terras (2022 – 2.496) foram dados em garantia de processos tributários da controlada. Os valores justos das propriedades para investimento, mensurados, foram estimadas com base em valor de mercado e totalizam aproximadamente R$ 1,9 bilhões em 31/03/2023. 11. **Imobilizado** O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas ou despesas" na demonstração do resultado. O saldo consolidado é substancialmente representado por terras da controlada Vale do Corumbataí, nas quais são exploradas atividades agrícolas com a produção de cana-de-açúcar no regime de parceria agrícola. São demonstradas pelo custo de aquisição acrescido da mais-valia decorrente do custo atribuído (*deemed cost*). Terras não são depreciadas.

Controladora	Edifícios e dependências	Veículos	Total
Saldos em 31/03/2021	**979**	**32**	**1.011**
Aquisição	6	-	6
Depreciação	(70)	(33)	(103)
Saldos em 31/03/2022	**915**	**(1)**	**914**
Custo total	1.538	162	1.700
Depreciação acumulada	(625)	(160)	(785)
Valor residual	913	2	914
Baixa	(231)	-	(231)
Depreciação	(75)	-	(75)
Saldos em 31/03/2023	**607**	**2**	**609**
Custo total	1.307	162	1.469
Depreciação acumulada	(700)	(160)	(860)
Valor residual	607	2	609
Valores Residuais :			
Custo histórico	607	2	609
Taxas médias anuais de depreciação	5%		

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Veículos	Máquinas e equipamentos	Obra em andamento	Total
Saldos em 31/03/2021	**19.977**	**979**	**89**	**18**	**18**	**21.081**
Aquisição	345	6	-	-	-	351
Depreciação	(70)	(69)	(51)	(2)	-	(192)
Saldos em 31/03/2022	**20.252**	**916**	**38**	**16**	**18**	**21.240**
Custo total	20.252	1.538	200	38	18	22.046
Depreciação acumulada	-	(625)	(179)	(2)	-	(806)
Valor residual	20.252	913	21	36	18	21.240
Aquisição	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	(231)	-	-	-	(231)
Depreciação	-	(116)	-	-	-	(116)
Saldos em 31/03/2023	**20.252**	**566**	**21**	**36**	**18**	**20.893**
Custo total	20.252	680	21	36	18	21.007
Depreciação acumulada	-	(114)	-	-	-	(114)
Valor residual	20.252	566	21	36	18	20.893
Valores Residuais :						
Custo histórico	20.252	566	21	36	18	20.893
Taxas médias anuais de depreciação		8%				

Impairment de ativos não financeiros O imobilizado, as propriedades para investimentos e outros ativos não financeiros (exceto ágio) que estão sujeitos à amortização/depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). 12. **Intangível** De acordo com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, bem como forma de gestão de estratégia e operacional da companhia e sua controlada, a administração identificou que as unidades geradoras de caixa ("UGC"), representada pelas operações da controlada sediada no Brasil, a qual o ágio foi integralmente alocado. O Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa a qual o ágio foi atribuído. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atual. As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços venda de açúcar e etanol, custos relacionados à energia, os valores negociados por há de terras na região e os ganhos relativos aos arrendamentos de terras. Em 31/03/2023, a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda. Em 31/03/2023 e de 2022 estão assim compostas:

Consolidado	Ágio na aquisição de ações da ABV	Direito de servidão ambiental	Total
Saldos em 31/03/2021	**58.736**	**3.676**	**62.412**
Adição	-	2	2
Saldos em 31/03/2022	**58.736**	**3.678**	**62.414**
Adição	-	2	2
Saldos em 31/03/2023	**58.736**	**3.680**	**62.416**

13. **Imposto de renda e contribuição social (reapresentado conforme NE 2.7)** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. ***a)* Imposto de renda e contribuição social a pagar e tributos diferidos:**

Passivo Circulante	Consolidado 2023	2022 Reapresentado NE 2.7	1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7
Imposto de renda e contribuição social, a pagar	44.536	32.894	21.855
Saldo de IR e CS a pagar	**44.536**	**32.894**	**21.855**

Tributos diferidos	Consolidado 2023	"2022 Reapresentado NE 2.7"	"1º abril de 2021 Reapresentado NE 2.7"
Imposto de renda e contribuição social incidente sobre o PIS e a COFINS do recebimento do IAA e outros	-	1	9.375
Total IR e CS diferido - Ativo	**-**	**1**	**9.375**
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(189.123)	(189.123)	(198.767)
Ganho de capital decorrente da venda de ações SC	(8.362)	(16.725)	(25.086)
Aplicação em fundos exclusivos	-	-	(314)
Total IR e CS diferido - Passivo	**(197.485)**	**(205.848)**	**(224.167)**
Saldo de IR e CS diferido	**(197.485)**	**(205.847)**	**(214.792)**

***b)* Reconciliação do imposto de renda e contribuição social** Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vigentes, como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado NE 2.7	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	188.533	243.637	362.467	486.595
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(64.101)	(82.837)	(123.239)	(165.442)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas				
Juros sobre o Capital Próprio, recebidos	(13.529)	(10.896)	(31.348)	(29.033)
Juros sobre o Capital Próprio, distribuídos	18.184	15.188	43.216	35.983
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	23.226	12.980
Outras diferenças permanentes	(380)	(2.688)	(5.195)	(6.498)
Resultado de equivalência patrimonial	59.826	84.072	81.647	120.863
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**-**	**314**	**(11.693)**	**(31.147)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	-0,1%	3,2%	6,4%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(20.358)	(17.268)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	314	8.665	(13.879)

14. **Provisão para contingências (reapresentado conforme NE 2.7)** A provisão para contingências originárias da Companhia e das controladas indiretas ABV e Vale do Corumbataí que, com base na avaliação de seus assessores jurídicos mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis:

Consolidado	Civeis e Ambientais	Tributárias e outras	Total	Depósitos
Saldo em 31/03/2021	**293**	**59.087**	**59.380**	**59.414**
Ajustes	-	(59.038)	(59.038)	-
Saldo em 01/04/2021	**293**	**49**	**342**	
Adições	8	-	8	29.089
Reversões	-	-	-	(88.127)
Utilizações	(8)	-	(8)	-
Atualizações	51	-	51	6
Saldo em 31/03/2022	**344**	**49**	**393**	**382**
Adições	128	-	128	139
Utilizações	(123)	(11)	(134)	(119)
Atualizações	53	-	53	37
Saldo em 31/03/2023	**402**	**38**	**440**	**439**

15. **Patrimônio Líquido *a)* Capital social:** O capital social em 31/03/2023 e de 2022, totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 160.000, está representado por 14.564 ações ordinárias e 30.684 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não dão direito a voto, mas têm prioridade na restituição de capital; ademais, receberão dividendos adicionais de 10% em relação às ações ordinárias. ***b)* Ajustes de avaliação patrimonial de investidas (reflexos): *Deemed cost*** Correspondem a mais-valia de custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas da São Martinho S.A., Agro Pecuária Boa Vista S.A., Imobiliária Paramirim S.A. e Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados". Em 8/11/2021, a São Martinho S.A. e suas controladas São Martinho Terras Agrícola ("SMTA") e São Martinho Terras Imobiliárias ("SMTI") realizaram uma cisão parcial da SMTA seguida de incorporação da parcela cindida pela SMTI. Em decorrência dessa operação a São Martinho S.A., ajustou o montante de R$ 157.678 de tributo diferido sobre a mais valia de custo atribuído de terra na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, em contrapartida da conta de investimento, gerando efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial da coligada LJN no montante de R$ 35.691. ***Hedge accounting*** Correspondem aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos, em aberto, da São Martinho S.A., classificados como *hedge accounting* (proteção) de fluxo de caixa. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorre a realização das operações correlatas na coligada. ***c)* Destinação dos lucros** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 6% do lucro líquido do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a apropriação da reserva legal. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/10/2021, foi deliberado o pagamento de distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 107.115 do exercício findo em 31/03/2021. ***d)* Reserva legal e de retenção** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício, em 2023 e em 2022 foi transferido para a conta de reserva de lucros - "Retenção". Nesse contexto, e, considerando o excesso de reservas de lucros em relação ao capital social da Companhia, os acionistas estão avaliando, junto aos seus administradores e consultores jurídicos, as possíveis destinações para equacionar essa situação, para subsequente deliberação em Assembleia Geral. ***e)* Juros sobre o capital próprio - JCP** Os juros sobre o capital próprio - JCP, quando aplicáveis, são calculados de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e os montantes destinados a esse fim, no decorrer do exercício, são deduzidos das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Adicionalmente, embora facultado pela legislação vigente, o referido montante, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (de 15%), não foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. ***f)* Reserva de incentivos fiscais - Reflexa** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/07/2016, os acionistas da São Martinho aprovaram a constituição da reserva de incentivos fiscais, efeito reflexo dos incentivos fiscais da UBV, controlada da São Martinho. O montante registrado decorre do programa de incentivo fiscal junto ao estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS incidentes sobre a comercialização de etanol hidratado, denominado "Programa de desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. 16. **Receitas**

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita bruta de vendas		
Arrendamento de terras e parceria agrícola	63.997	62.851
Venda de imóveis e loteamentos	16.122	16.843
Aluguel de imóveis	147	739
Venda de cana-de-açúcar	8	107
Total Receita bruta	80.274	80.540
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(4.999)	(3.004)
Receitas líquidas	**75.275**	**77.536**

17. **Despesas por natureza**

Descrição	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas com pessoal		(619)	(737)	(1.403)	(1.478)
Depreciação e amortização		(77)	(102)	(353)	(427)
Aluguel		(69)	(55)	(69)	(55)
Serviços de terceiros		(271)	(112)	(1.075)	(894)
Impostos e taxas		(4.789)	(3.010)	(11.292)	(7.980)
Despesas compartilhadas com a São Martinho S.A.	8	-	-	(402)	(1.125)
Custo dos imóveis vendidos		-	-	-	(307)
Outras despesas		(13)	(9)	(701)	(119)
Total		**(5.838)**	**(4.025)**	**(15.295)**	**(12.385)**
Classificadas como:					
Custo dos imóveis vendidos		-	-	(328)	(307)
Despesas gerais e administrativas		(5.838)	(4.025)	(14.967)	(12.078)
Total		**(5.838)**	**(4.025)**	**(15.295)**	**(12.385)**

18. **Outras receitas e despesas operacionais**

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Outras receitas e despesas operacionais				
Aluguel	50	42	1.320	1.234
Repasse indenização (IAA)	-	-	34.141	53.160
Provisão para contigências (IAA) e outras	-	-	-	
Processo ICMS Copersucar	-	-	(915)	(1.093)
Outras	334	(23)	1.066	(176)
Total de outras receitas e despesas operacionais	**384**	**19**	**35.612**	**53.125**
Outras receitas e despesas líquidas	**384**	**19**	**35.612**	**53.125**

19. **Resultado financeiro**

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	148	67	433	1.535
Rendimentos de aplicações financeiras	19.311	9.281	25.234	11.907
Outras receitas	-	-	1.319	357
Variação monetária positiva	-	-	8.542	5.811
Total das receitas financeiras	**19.459**	**9.348**	**35.528**	**19.610**
Despesas financeiras				
Taxas, despesas bancárias e outros	-	(2)	(34)	(27)
Perdas com aplicações financeiras	(1.042)	(645)	(1.106)	(767)
Multa e juros de mora	(380)	(885)	(380)	(885)
Juros incorridos	(10)	(17)	(438)	(750)
Variação monetária negativa	-	-	(6.833)	(4.341)
Total das despesas financeiras	**(1.432)**	**(1.549)**	**(8.791)**	**(6.770)**
Resultado financeiro	**18.027**	**7.799**	**26.737**	**12.840**

20. **Lucro por ação (reapresentado conforme NE 2.7)** O lucro básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações "ordinárias", conforme definição do CPC 41, em circulação durante o período. As ações preferenciais dão direito de receber dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária.

	2023	2022 Reapresentado NE 2.7
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	**188.533**	**243.951**
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no período - lotes de mil		
ordinárias	15	15
preferências	31	31
	45	**45**
Lucro por ação (em reais)		
ordinárias	3.902,00	5.049,00
preferenciais	4.292,20	5.553,90

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o resultado por ação. 21. **Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros** Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos. A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

	Classificação	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado NE 2.7	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado NE 2.7
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	129.709	21.243	173.827	45.824
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	41.338	105.823	58.587	126.961
Títulos a receber na venda de participação societária/Contas a receber	Custo Amortizado	154	4	8.058	12.432
Dividendos a receber	Custo Amortizado	10.958	19.256	2.415	2.355
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	11	11	439	382
Fundo de renda variável	Valor justo por meio do resultado	114	1.613	114	1.613
Outros ativos	Custo Amortizado	28	23	39	33
Total dos ativos financeiros		**182.312**	**147.973**	**243.479**	**189.600**
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	16	-	941	865
Dividendos a pagar	Custo Amortizado	99.953	103.646	99.996	118.920
Outros passivos	Custo Amortizado	29	23	72	109
Total dos passivos financeiros		**99.998**	**103.669**	**101.009**	**119.894**

22. **Gerenciamento de riscos** A Companhia, através de suas controladas indiretas, está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (ii) as estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol das controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros. **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, A Companhia entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que a Companhia pratique preços de venda acima da média histórica. **Risco de crédito** A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **Risco de liquidez** O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. 23. **Eventos subsequentes** Em junho de 2023 houve AGO entre acionistas da Agro Pecuária Vale do Corumbataí na qual deliberaram a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, sendo realizado o estorno da provisão de R$ 825. Em agosto de 2023 a Companhia recebeu dividendos referentes aos investimentos na Cia Agrícola Debelma e São Martinho S.A., sendo R$ 5.753 e R$ 2.857 respectivamente. Em maio e julho de 2023 houve recebimentos de JCP sobre o investimento na Luiz Ometto Participações S.A. no valor de R$ 10.960 e R$ 12.390, respectivamente. Em julho de 2023 a Companhia recebeu JCP sobre investimento na São Martinho S.A. no montante de R$ 1.369.

Contador - Responsável Técnico

valorup

Durvalino Corrêa Junior - CRC 1SP222726/O-0
ValorUp Contabilidade Ltda - CRC2SP028584/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Debelma Participações S.A. Américo Brasiliense - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Debelma Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Debelma Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Debelma Participações S.A. e da Debelma Participações S.A. e suas controladas em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE (20) DIAS.PROCESSO Nº 1122962-33.2022.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 10ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de SãoPaulo, **Dr. Paulo Nimer Filho**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER ao herdeiro Roberto Damasceno de Alencar, CPF: XXX.377.XXX-X0 - RG: X.7X4.3X-X, filho de João de Alencar Filho e de Maria Djanira Damasceno Alencar.** que por este Juízo tramita uma ação de **Inventário** movida por **Ricardo Damasceno de Alencar e outros**, em face ao falecimento de **Maria Djanira Damasceno Alencar**. Encontrando-se em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por **EDITAL**, **para os atos e termos da ação proposta (art. 626 do Código de Processo Civil) e para dizer, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital e sobre as citações, sobre as primeiras declarações, podendo arguir erros, omissões e sonegação de bens; reclamar contra a nomeação do inventariante e contestar a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (art. 627, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil)**. Fica advertido que decorrido o prazo sem manifestação, o processo seguirá em seus ulteriores termos, valendo a citação para todos os atos do processo, caso em que será nomeado curador especial (art. 257, IV do CPC). Será o presente edital publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de **São Paulo, aos 18 de abril de 2024.**

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 22 de Maio de 2024

A **União Química Farmacêutica Nacional S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade do Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.665.981/0001-18 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem, exclusivamente, de forma digital, por meio da plataforma de videoconferência *"Microsoft Teams"* (Plataforma Digital), em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar, no dia 22 de maio de 2024, às 10:30 horas, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia (pauta única): **(i)** Proposta do aumento de Capital Social da Companhia mediante capitalização da reserva de incentivos fiscais sem emissão de novas ações. Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar das assembleias gerais que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico **ri@uniaoquimica.com.br**, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante as assembleias. Embu-Guaçu, 29 de abril de 2024. **Paula Melo Suzana Gomes** - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 905.725 em 15 de dezembro de 2023 a **requerimento de JORGE MORAES PENTEADO, brasileiro, aposentado, RG nº 10.196.811-5 SSP/SP, CPF nº 193.056.308-63 e sua mulher SALETE ROSA MORAES PENTEADO, brasileira, do lar, RG nº 21.111.595-2 SSP/SP, CPF nº 276.051.018-21**, casados sob o regime da comunhão universal de bens, residentes na Rua Armando Mattar nº 20, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores dos proprietários tabulares Srs. Luiz Vicente Barros Mattos e sua mulher Therezinha de Jesus Malta Mattos e Mário de Salles Oliveira Malta e sua mulher Célia Teixeira Malta que compromissaram a Albertina Gomes dos Santos, brasileira, solteira, requerem a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA,** nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017 da CNJ, visando à declaração de domínio do imóvel situado na Rua Armando Mattar nº 20, descrito conforme memorial descritivo juntado nos autos, contribuinte nº 049.449.0093-7, com origem na matrícula nº 1.845, deste Registro, alegando e comprovando posse mansa e pacífica há mais de 50 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 16 do provimento 65/2017 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 16 de abril de 2024.

VIADUTO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

CNPJ/ME nº 72.860.067/0001-07 - NIRE 3530057567-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DA VIADUTO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A., A SER REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024. Ficam convocados os Senhores Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples e do Primeiro Aditamento, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Viaduto Soluções Logísticas S.A. ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissora" respectivamente), nos termos da Cláusula Nona do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples e do Primeiro Aditamento, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Viaduto Soluções Logísticas S.A.", celebrado em 14 de junho de 2022 entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão") e dos artigos 71, §§ 1º e 2º, e 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") a comparecerem na Assembleia Geral de Debenturistas a realizar-se de forma exclusivamente online, sem a possibilidade de participação presencial, através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), coordenada pela Emissora, no dia **15 de maio de 2024, às 15h**, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução da Comissão dos Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes ordem do dia: (i) a decretação, ou não, do Evento de Inadimplemento Não Automático previsto na cláusula 6.1.2, (v) instaurado em função do descumprimento de obrigação não pecuniária constante da cláusula 7.1, (XX) (i), da Escritura de Emissão, o qual trata a obrigação de apresentação das informações financeiras devidamente auditadas em até 90 (noventa dias) contados do término de cada exercício social ou de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro; e (ii) a decretação, ou não, do Evento de Inadimplemento Não Automático previsto na cláusula 6.1.2, (XIII), instaurado em função da impossibilidade de divulgação da apresentação das demonstrações financeiras devidamente auditadas, impossibilitando as verificações os Índices Financeiros. Em caso de aprovação das Ordens do Dia, a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, estarão automaticamente autorizados a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização e efetivação das deliberações desta Assembleia. Informações Gerais: Para participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas deverão enviar até 2 (dois) dias antes da sua realização, para os e-mails da Emissora: mayara.bertan@greentech.log.br e carlos.junior@greentech.log.br, e do Agente Fiduciário: agentefiduciario@vortx.com.br e jma@vortx.com.br: (i) a confirmação de sua participação acompanhada do nome completo do Debenturista ou razão social completa e do seu respectivo CPF ou CNPJ (em caso de administradores de fundos de investimentos, também informar o CNPJ dos fundos de investimento sob sua administração representados); (ii) a indicação dos representantes que participarão da Assembleia Geral de Debenturistas, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato; e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, quais sejam: (1) Quando Pessoa Física: Cópia digitalizada do documento de identidade com foto; (2) Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; (3) Quando Fundo de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em especial gerir; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (4) Quando Representado por Procurador: caso quaisquer Debenturistas indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGD. A Emissora enviará, com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, um e-mail contendo as orientações para acesso e os dados para conexão à Plataforma Digital para cada um dos Debenturistas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta ata que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora, por meio dos e-mails mayara.bertan@greentech.log.br e carlos.junior@greentech.log.br, com cópia para o Agente Fiduciario, através do e-mail jma@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. Os termos iniciados em letra maiúscula nesse edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão. Monte Mor/SP, 25 de abril de 2024. **VIADUTO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.**

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - 1º LEILÃO: 07 de maio de 2024, às 11h com encerramento às 11h15 - 2º LEILÃO: 10 de maio de 2024, às 11h com encerramento às 11h15 - Renato Morais Faro, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 431, com escritório na Rua Princesa Isabel, nº 86, cj. 64/65, 6º andar, Brooklin, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo ELETRÔNICO, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária **DJS FOMENTO MERCANTIL - EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 22.436.864/0001-93, com sede na Rua da Tuberosas, 118, sala 03, CEP 03144-030, Vila Lúcia, São Paulo/SP, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóveis em Garantia e Outras Avenças, datado de 18/10/2017, firmado com a Fiduciante **AUDAX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.125.148/0001-00, com sede em Piracicaba/SP, na Av. Dr. João Teodoro, 1234, Vila Rezende – CEP 13405-240, representada pela sua sócia **Fernanda Galvani Antonelli Molina**, inscrita no CPF nº 289.608.958-65, portadora da cédula de identidade RG nº 29.985141-2, brasileira, casada sob o regime da separação total de bens, empresária, residente e domiciliada na Av. Torquato da Silva Leitão, 270, apto. 191, Bairro de São Dimas, CEP 13416-210, Piracicaba/SP, no dia **07 de maio de 2024, às 11h, com encerramento às 11h15**, através do gestor de leilões online www.faroonline.com.br, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$423.673,00 (quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e setenta e três reais)**, **os imóveis matriculado sob os nºs 63.731 e 63.732, ambos do 2º Oficial de Registro de Imóveis, Título e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Piracicaba/SP**, com propriedades consolidadas em Av. 22, da matrícula 63.731, e Av. 21, da matrícula 63.732. **Descrição contida em matrícula nº 63.731:** Um terreno com frente para a Rua Catorze em Piracicaba, compreendendo o lote nº 11da Quadra H, do Loteamento denominado Residencial Serra Verde, situado no bairro do Rolador, que assim se descreve: mede oito metros e sete centímetros (8,07m) de frente para a Rua 14: mede oito metros (8,00m) nos fundos fazendo divisa com a Rua 09; mede trinta e seis metros e dezesseis centímetros (36,16m) de quem do lado direito de quem da rua olha para o imóvel e confronta com o lote 10; mede trinta e cinco metros e dez centímetros (35,10m) do lado esquerdo e confronta com o lote 12, encerrando o perímetro com uma área de 285,04m², situado a 72,99 metros do início da curvatura em confluência das Ruas 06 e 14, localizado na quadra formada pelas Ruas 06, 09, 10, e 14. **Observações: 1.** Consta da Av. 05 da matrícula nº 63.731 que o imóvel se encontra cadastrado no setor 52, quadra 0100, lote 0094, sub-lote 0000 e CPD nº 1435884; **2.** Consta do R. 09 da matrícula 63.731, constituição da propriedade fiduciária em favor da credora DJS Fomento Mercantil Eireli, CNPJ nº 22.436.864/0001-93; **3.** Consta da Av. 10 da matrícula nº 63.731 distribuição de Ação de Execução, processo nº 1005691-90.2017.8.26.0451, promovido por AFF Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., CNPJ nº 08.863.141/0001-40, em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **4.** Consta da Av. 11 da matrícula nº 63.731 penhora nos autos da Ação de Execução, processo nº 0016370-69.2017.8.26.0451, promovido por Felipe de Lucca Moraes, CPF nº 403.996.908-16, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **5.** Consta da Av. 12 da matrícula nº 63.731 retificação da averbação nº 11, para ficar constando como objeto da penhora "os direitos e obrigações decorrentes da propriedade fiduciária registrada sob o nº 9; **6.** Consta da Av. 13 da matrícula nº 63.731 penhora dos direitos e obrigações decorrentes da propriedade fiduciária registrada sob nº 9, nos autos da Ação de Execução, processo nº 0004365-78.2018.8.26.0451, promovido por Odair Firmino Júnior, CPF nº 224.609.998-60, em trâmite perante a 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **7.** Consta da Av. 14 da matrícula 63.731, indisponibilidade dos bens de Audax Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ nº 07.125.148/0001-00, por determinação da 1ª Vara do Trabalho de Piracicaba, processo nº 0010129-59.2018.5.15.0012, promovido por Rubens Datti Júnior, CPF nº 035.753.698-36; **8.** Consta da Av. 17 da matrícula 63.731, indisponibilidade dos bens de Audax Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ nº 07.125.148/0001-00, por determinação da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba, processo nº 0003964-45.2019.8.26.0451, promovido por Flávia Ariadina Soares Ferreira, CPF nº 122.681.986-93; **9.** Consta da Av. 18 da matrícula nº 63.731 penhora dos direitos e obrigações decorrentes da propriedade fiduciária registrada sob nº 9, nos autos da Ação de Execução, processo nº 0013067-13.2018.8.26.0451, promovido por Gean Carlos Penteado, CPF nº 377.825.0008-69, em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **10.** Consta da Av. 19 da matrícula nº 63.731 penhora dos direitos e obrigações decorrentes da propriedade fiduciária registrada sob nº 9, nos autos da Ação de Execução, processo nº 0004168-55.2020.8.26.0451, promovido por Mário José Quintino, CPF nº 392.414.718-32, em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **11.** Consta da Av. 20 da matrícula nº 63.731 indisponibilidade dos bens de Audax Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ nº 07.125.148/0001-00, por determinação da 1ª Vara do Trabalho de Piracicaba, processo nº 0010129-59.2018.5.15.0012, promovido por Rubens Datti Júnior, CPF nº 035.753.698-36; **12.** Consta da Av. 21 da matrícula nº 63.731 penhora dos direitos e obrigações decorrentes da propriedade fiduciária registrada sob nº 9, nos autos da Ação de Execução, processo nº 0016853-65.2018.8.26.0451, promovido por Santin e Geraldi Ltda., CNPJ nº 10.542.424/0001-31, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **13.** Consta da Av. 22 da matrícula nº 63.731, a consolidação da plena propriedade do imóvel em favor da DJS Fomento Mercantil Eireli; **14.** Em consulta ao site da Prefeitura datada de 25/04/24, foi obtida certidão positiva de débitos no valor de R$33.708,96. **Descrição contida em matrícula nº 63.732:** Um terreno com frente para a Rua Catorze em Piracicaba, compreendendo o lote nº 12 da Quadra H, do Loteamento denominado Residencial Serra Verde, situado no bairro do Rolador, que assim se descreve: mede oito metros e sete centímetros (8,07m) de frente para a Rua 14: mede oito metros (8,00m) nos fundos fazendo divisa com a Rua 09; mede trinta e seis metros e dezesseis centímetros (35,10m) de quem do lado direito de quem da rua olha para o imóvel e confronta com o lote 11; mede trinta e cinco metros e dez centímetros (34,04m) do lado esquerdo e confronta com o lote 13, encerrando o perímetro com uma área de 276,56m², situado a 81,06 metros do início da curvatura em confluência das Ruas 06 e 14, localizado na quadra formada pelas Ruas 06, 09, 10, e 14. **Observações: 1.** Consta da Av. 05 da matrícula nº 63.732 que o imóvel se encontra cadastrado no setor 52, quadra 0100, lote 0102, sub-lote 0000 e CPD nº 1435892; **2.** Consta do R. 09 da matrícula 63.732, constituição da propriedade fiduciária em favor da credora DJS Fomento Mercantil Eireli, CNPJ nº 22.436.864/0001-93; **3.** Consta da Av. 10 da matrícula nº 63.732 distribuição de Ação de Execução, processo nº 1005691-90.2017.8.26.0451, promovido por AFF Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., CNPJ nº 08.863.141/0001-40, em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **4.** Consta da Av. 11 da matrícula nº 63.732 penhora nos autos da Ação de Execução, processo nº 0016370-69.2017.8.26.0451, promovido por Felipe de Lucca Moraes, CPF nº 403.996.908-16, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **5.** Consta da Av. 12 da matrícula nº 63.732 penhora dos direitos e obrigações decorrentes da propriedade fiduciária registrada sob nº 9, nos autos da Ação de Execução, processo nº 0004365-78.2018.8.26.0451, promovido por Odair Firmino Júnior, CPF nº 224.609.998-60, em trâmite perante a 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **6.** Consta da Av. 13 da matrícula 63.732, indisponibilidade dos bens de Audax Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ nº 07.125.148/0001-00, por determinação da 1ª Vara do Trabalho de Piracicaba, processo nº 0010129-59.2018.5.15.0012, promovido por Rubens Datti Júnior, CPF nº 035.753.698-36; **7.** Consta da Av. 16 da matrícula 63.732, indisponibilidade dos bens de Audax Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ nº 07.125.148/0001-00, por determinação da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba, processo nº 0003964-45.2019.8.26.0451, promovido por Flávia Ariadina Soares Ferreira, CPF nº 122.681.986-93; **8.** Consta da Av. 17 da matrícula nº 63.732 penhora dos direitos e obrigações decorrentes da propriedade fiduciária registrada sob nº 9, nos autos da Ação de Execução, processo nº 0013067-13.2018.8.26.0451, promovido por Gean Carlos Penteado, CPF nº 377.825.0008-69, em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **9.** Consta da Av. 18 da matrícula nº 63.732 penhora dos direitos e obrigações decorrentes da propriedade fiduciária registrada sob nº 9, nos autos da Ação de Execução, processo nº 0004168-55.2020.8.26.0451, promovido por Mário José Quintino, CPF nº 392.414.718-32, em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **10.** Consta da Av. 19 da matrícula nº 63.732 indisponibilidade dos bens de Audax Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ nº 07.125.148/0001-00, por determinação da 1ª Vara do Trabalho de Piracicaba, processo nº 0010129-59.2018.5.15.0012, promovido por Rubens Datti Júnior, CPF nº 035.753.698-36; **11.** Consta da Av. 20 da matrícula nº 63.732 penhora dos direitos e obrigações decorrentes da propriedade fiduciária registrada sob nº 9, nos autos da Ação de Execução, processo nº 0016853-65.2018.8.26.0451, promovido por Santin e Geraldi Ltda., CNPJ nº 10.542.424/0001-31, em trâmite perante a 5ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracicaba; **12.** Consta da Av. 21 da matrícula nº 63.732, a consolidação da plena propriedade do imóvel em favor da DJS Fomento Mercantil Eireli. **13.** Em consulta ao site da Prefeitura datada de 25/04/24, foi obtida certidão positiva de débitos no valor de R$37.689,70. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **10 de maio de 2024, às 11h com encerramento às 11h15**, através do gestor de leilões online www.faroonline.com.br, onde ocorreu o primeiro leilão, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, pelo maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida corrigida e acréscimos contratuais, correspondente ao valor de **R$358.792,27 (trezentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e sete centavos)** – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9514/97 (custas cartorárias, valor da dívida, honorários advocatícios, IPTU, e demais despesas previstas em lei). Os interessados em participar do leilão devem efetuar cadastro prévio no site do gestor www.faroonline.com.br, encaminhando a documentação necessária. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do leiloeiro, na Rua Princesa Isabel, 86, cj. 64/65, Brooklin - São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 3105-4872 - email: faroleiloes@terra.com.br. O arrematante deverá efetuar o pagamento integral do preço do imóvel arrematado, à vista, por meio de depósito bancário, no prazo de 24h do encerramento do leilão. A título de comissão, pagará em igual prazo, à vista, o valor de 5% sobre o lance ofertado, a ser depositada diretamente na conta corrente bancária indicada pelo Leiloeiro. Nos termos do disposto no parágrafo 2-B art. 27, da Lei 9.514/97, aos devedores fiduciantes é assegurado exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, até a data da realização do segundo Leilão. As vendas ficarão, portanto, condicionadas ao não exercício da preferência pelos devedores fiduciantes. Se exercido o direito de preferência pelos devedores fiduciantes, estes deverão efetuar o pagamento até a data da realização do segundo leilão, no valor equivalente ao da sua dívida, somados aos encargos, despesas e demais valores previstos em lei, incluindo também a responsabilidade de pagamento da comissão do leiloeiro, que será no montante de 5% (cinco por cento) sobre a totalidade do valor a ser pago pelos devedores fiduciantes. Se os devedores fiduciantes, não efetuarem o pagamento da dívida e demais encargos, nas condições e prazos previstos no presente Edital, considerar-se-á automaticamente a sua desistência do exercício de preferência na compra do imóvel. Nesse caso, havendo licitantes, o imóvel será vendido para aquele que ofertou maior lance. Em caso de desistência do Arrematante na oferta do lance vencedor, imotivadamente, a venda/arrematação será desfeita e o Arrematante deverá pagar ao Vendedor multa no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor do arremate além de 5% (cinco por cento) do valor do lance ao Leiloeiro, valores estes que serão cobrados, por via executiva, como dívida líquida e certa, corrigida monetariamente até o efetivo pagamento, sem prejuízo das perdas, danos e lucros cessantes, bem como processo criminal se for o caso.Será de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas necessárias para a transferência do referido imóvel.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 0054565-02.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 21ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a.). Juliana Pitelli da Guia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Copa Construções Pinturas e Administração Ltda (CNPJ nº 15.131.598/0001-25), que Condomínio Edifício San Fernando ajuizou uma ação de Cumprimento de Sentença, para cobrança de R$ 7.986,58 (10/2023). Estando a executada em lugar incerto e não sabido, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir após o prazo de 20 dias do edital, pague a dívida, sob pena de multa de honorários advocatícios, e eventual penhorado e expropriação de bens. Fica ciente o executado do prazo de 15 dias para eventual apresentação de embargos, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de março de 2024.

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

CNPJ nº 01.701.201/0001-89 – NIRE 35.300.560.426

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 7.3.2024

Aos 7 dias do mês de março de 2024, às 14h20, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor José Ramos Rocha Neto, que convidou o senhor João Carlos Gomes da Silva para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Antonio José da Barbara** ao cargo de Diretor Gerente, em carta de 2.2.2024, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito;

....

....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) José Ramos Rocha Neto, João Carlos Gomes da Silva, Clayton Neves Xavier, José Gomes Fernandes, Oswaldo Tadeu Fernandes e Vinicius Urias Favarão. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo**. aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 140.702/24-6, em 5.4.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Segunda Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 194ª e 195ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 194ª e 195ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 194ª e 195ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), **a reunirem-se em 1ª convocação** para a Segunda Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), **a se realizar no dia 27 de maio de 2024 às 15 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados **a reunirem-se em 2ª convocação** para a AGT, **a se realizar no dia 05 de junho de 2024 às 15 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link")**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60, documentos estes disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgados da procuração e do outorgado.

São Paulo, 30 de abril de 2024. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Segunda Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 199ª e 200ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 199ª e 200ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 199ª e 200ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), **a reunirem-se em 1ª convocação** para a Segunda Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), **a se realizar no dia 27 de maio de 2024 às 16:30 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados **a reunirem-se em 2ª convocação** para a AGT, **a se realizar no dia 05 de junho de 2024 às 16:30 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link")**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60, documentos estes disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgados da procuração e do outorgado.

São Paulo, 30 de abril de 2024. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Segunda Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 232ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 232ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 232ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), **a reunirem-se em 1ª convocação** para a Segunda Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), **a se realizar no dia 28 de maio de 2024 às 10 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados **a reunirem-se em 2ª convocação** para a AGT, **a se realizar no dia 06 de junho de 2024 às 10 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link")**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60, documentos estes disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgados da procuração e do outorgado.

São Paulo, 30 de abril de 2024. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Segunda Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 122ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 122ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 122ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), **a reunirem-se em 1ª convocação** para a Segunda Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), **a se realizar no dia 27 de maio de 2024 às 10 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados **a reunirem-se em 2ª convocação** para a AGT, **a se realizar no dia 05 de junho de 2024 às 10 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link")**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60, documentos estes disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgados da procuração e do outorgado.

São Paulo, 30 de abril de 2024
Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Segunda Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 269ª e 270ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 269ª e 270ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 269ª e 270ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), **a reunirem-se em 1ª convocação** para a Segunda Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), **a se realizar no dia 28 de maio de 2024 às 15 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados **a reunirem-se em 2ª convocação** para a AGT, **a se realizar no dia 06 de junho de 2024 às 15 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link")**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60, documentos estes disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgados da procuração e do outorgado.

São Paulo, 30 de abril de 2024
Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Sexta Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 303ª e 304ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 303ª e 304ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 303ª e 304ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), **a reunirem-se em 1ª convocação** para a Sexta Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), **a se realizar no dia 28 de maio de 2024 às 16:30 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados **a reunirem-se em 2ª convocação** para a AGT, **a se realizar no dia 06 de junho de 2024 às 16:30 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link")**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60, documentos estes disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgados da procuração e do outorgado.

São Paulo, 30 de abril de 2024
Brazilian Securities Companhia de Securitização

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/ME nº 61.351.532/0001-68 - NIRE 35.300.052.463

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da Companhia a se reunirem, de modo presencial, em AGO a ser realizada, em 1ª convocação, no dia **24.05.2024**, **às 8 horas**, na sede social da Companhia, localizada em São Paulo/SP, na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, CEP 02.955-080, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: ***i)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023; ***ii)*** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social de 2023; ***iii***) fixar o número de membros do Conselho de Administração e eleição de seus membros; ***iv)*** instalação do Conselho Fiscal, fixação do número dos membros do Conselho Fiscal e eleição de seus membros; e ***v)*** fixar a remuneração dos administradores para o exercício social de 2024. **Informações Gerais: *a)*** os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S/A"), referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, foram divulgados no site da CVM e no site de RI da Companhia nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como na rede mundial de computadores nas páginas da Companhia (https://ri.azevedotravassos.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvmt). Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos os documentos exigidos nos termos da Resolução CVM nº 81, de 17.12.2009, conforme alterada ("Resolução CVM 81") a respeito das matérias que serão deliberadas na AGO, conforme devidamente apresentados à CVM por meio do Sistema Empresas. NET, bem como do Sistema CI. Corp.; ***b)*** o acionista poderá também participar da AGO via Boletim de Voto a Distância ("BVD"), conforme instruções detalhadas contidas no próprio BVD, bem como nos termos descritos a seguir: ***i)*** via envio de instruções de preenchimento do BVD aos seus agentes de custódia, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ***ii)*** via envio de instruções de preenchimento do BVD ao escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou ***iii)*** via envio de BVD devidamente preenchido diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do próprio boletim, da Resolução CVM 81. O BVD, quando enviado diretamente à Companhia, deverá ser acompanhado de toda a documentação do acionista para participação na AGO *(conforme detalhada no item "Documentos para Participação em Assembleia", abaixo)* e de qualquer outra documentação indicada no próprio boletim, e recebido pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até 7 dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 17.05.2024 (inclusive). O BVD deverá ser enviado aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, no endereço da sede da Companhia: Rua Vicente Antônio de Oliveira, nº 1.050, Vila Mirante, CEP: 02.955-080, cidade de São Paulo/SP, ou no seguinte endereço eletrônico: investidores@azevedotravassos.com.br; ***c)*** Para os efeitos do que dispõe o art. 141 da Lei das S/A e a Resolução CVM nº 70, de 22.03.2022, conforme alterada , bem como o artigo 5º, I, da Resolução CVM 81, o percentual mínimo do capital social da Companhia exigido para a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo na AGO é de 5%. **Documentos para Participação em Assembleia: *a)*** no caso de acionista pessoa física, documento de identidade com foto e, no caso de acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento, o último Estatuto Social, Contrato Social ou Regulamento Consolidado e demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade com foto do respectivo representante; e ***b)*** para fins de comprovação da titularidade de suas ações, comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central. Caso o acionista deseje ser representado na AGO por meio de procurador, observados os termos e condições da Lei das Sociedades por Ações, além dos documentos mencionados acima, deverá apresentar o original ou cópia autenticada do respectivo instrumento de mandato vigente e devidamente assinado com sua firma reconhecida, acompanhado do documento de identidade com foto do(s) respectivo(s) procurador(es). Da mesma forma, a Companhia solicita que os acionistas efetuem seu cadastramento enviando uma via física dos documentos acima mencionados aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, no endereço da sede da Companhia: Rua Vicente Antônio de Oliveira, nº 1.050, Vila Mirante, CEP 02.955-080, na cidade de São Paulo/SP, até 48 horas antes do início da AGO. São Paulo, 24.04.2024.

Gabriel Antônio Soares Freire Júnior - **Presidente do Conselho de Administração**.

Virgo Companhia de Securitização

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A)

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 175ª Série da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização ***(Nova Denominação da ISEC Securitizadora S.A.)***

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da **175**ª Série da **4**ª Emissão da **Virgo Companhia de Securitização (*nova denominação da ISEC Securitizadora S.A.*),** com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, cj 162, Butantã, CEP 05501-030, São Paulo, SP ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com endereço na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.502, 13º andar, sala 132, Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em ***primeira convocação, para*** Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 22 de maio de 2024 às 11h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 13.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrado em 25 de janeiro de 2021, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a liberação da alienação fiduciária de imóvel de matrícula nº 127.498 do 11º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo dada em garantia no âmbito das Debêntures e, ato contínuo, a inclusão da alienação fiduciária de 25.184.526 (vinte e cinco milhões, cento e oitenta e quatro mil e quinhentos e vinte e seis) quotas da Windsor Investimentos Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.303.528/0001-41("Windsor"), atualmente detidas pela Tecnisa S.A., com endereço na Avenida Nicolas Boer, nº 399, 5º andar, unidade 502S, CEP 01140-060, e inscrita no CNPJ/MF nº 08.065.557/0001-12 ("TECNISA"), sendo certo que os custos do assessor legal para elaboração dos aditamentos aos Documentos da Operação e *due diligence*, serão arcados pela Devedora, bem como que os documentos solicitados na *due diligence* estão previsto no Anexo II do Material de Apoio e a inclusão da Alienação Fiduciária de Quotas ocorrerá com a conclusão satisfatória da *due diligence*; **b)** Caso aprovado o item (a) acima, aprovar a celebração pela Emissora do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas disposto no Anexo VIII da Escritura de Emissão de Debêntures, com a alteração da cláusula 5.1, alínea (xv), para incluir a vedação da cessão onerosa de Certificados de Potencial Adicional de Construção ("CEPACs"), de forma que o instrumento será celebrado nos termos do Anexo III do Material de Apoio; **c)** Aprovar a alteração da forma de substituição das Garantias para prever que a Devedora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, substituir as Garantias Reais por quotas de emissão da Windsor livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, desde que observadas as Razões de Garantia, com a consequente alteração da cláusula 6.1.11 da Escritura de Emissão; **d)** Aprovar a alteração da Metodologia de Avaliação de Quotas de Emissão da Windsor para alterar a composição da Parcela 1, para prever que será o resultado da somatória do valor de aquisição dos CEPACs custodiados em titularidade da Windsor e disponíveis para vinculação aos empreendimentos e do valor de avaliação de venda forçada dos terrenos/lotes de propriedade da Windsor não lançados comercialmente, conforme atestado por uma das Empresas Especializadas, com a consequente alteração do Anexo XII da Escritura de Emissão de Debêntures; **e)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima, incluindo a contratação de assessor legal para elaboração dos aditamentos aos Documentos da Operação, às expensas da Devedora; O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia, em primeira ou em segunda convocação, se dará com a presença de qualquer número de Titulares de CRI presentes. Já as deliberações serão tomadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRI que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRI em Circulação, em primeira ou em segunda convocação. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme a Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 02 de maio de 2024. **Virgo Companhia de Securitização** ***(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)***

Empresa que omitir dados sobre igualdade salarial será fiscalizada

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou, na terça-feira (30), que as empresas que omitem dados sobre igualdade salarial terão "um olhar especializado" da área de fiscalização da pasta. "Se querem atenção, terão uma atenção", disse, durante coletiva de imprensa para apresentar dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged).

Marinho comentou decisão da Justiça Federal que liberou alguns segmentos, como farmácias e universidades, de divulgarem as informações de transparência salarial e de critérios remuneratórios previstas na regulamentação da Lei da Igualdade Salarial. "Se tem coisa a esconder, vamos olhar. Então, essas empresas terão nossa atenção. E se trata de tão poucas, que nos aguardem a atenção. Mas elas podem, ainda, se quiserem, voltar atrás. Estamos abertos a dialogar. Esses segmentos que não nos procurarem para o diálogo receberão a visita do auditor-fiscal para observar o que é que eles querem esconder", disse, lembrando que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, prevê fiscalizações das normas trabalhistas.

Segundo o ministério, das cerca de 50 mil empresas que se enquadram na lei, menos de 300 receberam autorização para omitir os dados. "Estamos falando de um número insignificante do ponto de vista de quantitativo", disse, enaltecendo as empresas que estão "entendendo o espírito da lei e estão colaborando" para a política pública.

"A grande massa de empresas respondeu os dados, então queria agradecer a visão da grande maioria, esmagadora maioria dos nossos empregadores e empregadoras que responderam tranquilamente, com seriedade, as informações que nós estamos pedindo", disse. "Chama atenção quem está resistindo, recorrendo ao Judiciário, que talvez esse não seja o melhor caminho. Se tem algum problema, a gente analisa, conversa, constrói, até porque nossa visão não é de autuar, de castigar, nada, muito pelo contrário, é de construir a partir do direito das mulheres de ter salário igual", acrescentou.

A Lei da Igualdade Salarial, sancionada em julho do ano passado, torna obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres quando exercerem trabalho equivalente ou a mesma função. As regras valem para empresas com 100 ou mais empregados e que tenham sede, filial ou representação no Brasil.

No mês passado, as confederações nacionais da Industria (CNI) e do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a Lei de Igualdade Salarial entre os gêneros. A ação, ainda sem decisão, pede uma medida cautelar para suspender os efeitos de alguns dos dispositivos, entre eles, o que determina a divulgação de relatórios de transparência salarial, explicando os critérios para os pagamentos. As confederações alegam que há risco de divulgação de dados individualizados, o que violaria o direito à privacidade.

Entretanto, de acordo com o ministro Luiz Marinho, os dados de transparência não são individualizados, "portanto não há qualquer razão para essa resistência".

Na ação, as entidades alegam que não pretendem questionar o princípio da isonomia, mas "a necessidade de adequação da lei, para que desigualdades legítimas e objetivas, como o tempo na função e na empresa, e a perfeição técnica do trabalho, não sejam consideradas como discriminação por gênero". Elas argumentam ainda que a exigência da divulgação de relatório de transparência salarial e aplicação de sanções a qualquer caso de diferença de remuneração são injustas, e justificam que planos de carreiras no meio corporativo vão além da questão de gênero.

Segundo Luiz Marinho, a transparência sobre a igualdade salarial será um dos temas a serem tratados pelo governo no âmbito das comemorações do 1º de Maio – Dia do Trabalhador. "É preciso chamar atenção do mundo empresarial, da necessidade de as empresas trabalharem com uma visão humanista em relação às necessidades e ao respeito aos direitos humanos, de homens e mulheres, em particular nesse debate, das mulheres", disse. (Agência Brasil)

Paraná representa 39% dos R$ 2 bilhões contratados pelo BRDE de janeiro a abril

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) atingiu a marca de R$ 2 bilhões em contratações nos primeiros quatro meses de 2024. O montante representa o dobro do registrado no mesmo período de 2023, quando alcançou R$ 1 bilhão.

Dos três estados do Sul onde o banco atua, o Paraná foi responsável por R$ 780 milhões, cerca de 39% do total, com mais de 1.300 contratos firmados. No mesmo período do ano passado, empresas do Estado haviam contratado R$ 434 milhões em 172 contratos, um salto de quase 80% nas operações.

Cerca de 41% foram destinados para o setor terciário da economia (comércio e serviços) e 25% para a indústria. Os demais setores envolvem agronegócio e projetos públicos com prefeituras, por exemplo. No Paraná, o BRDE já liberou neste ano R$ 237,4 milhões para micro, pequenas e médias empresas.

"Esses números não são apenas resultados de um trabalho conjunto, mas de um posicionamento do banco em captação de recursos nacionais e internacionais, de alinhamento de seus propósitos de sustentabilidade, operando financiamentos em projetos que, de fato, promovam o desenvolvimento social e econômico do Paraná e com as diretrizes do Governo do Estado", analisou o diretor financeiro da instituição, Wilson Bley Lipski.

Segundo ele, a meta prevista esse ano é atingir R$ 5 bilhões nos três estados, sendo R$ 2 bilhões no Paraná. No ano passado foram R$ 5,8 bilhões, com R$ 2,05 bilhões financiados no Paraná.

A carteira atual do BRDE é de R$ 17,83 bilhões, com 11.510 contratos ativos. São todos os financiamentos que o banco tem atualmente. No Paraná são R$ 6,43 bilhões. Apenas no Estado, a carteira da agência é maior que de outros grandes bancos de desenvolvimento do Brasil, como Desenbahia, com R$ 682 milhões, Desenvolve SP, com R$ 2,44 bilhões, e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, com R$ 6,22 bilhões, de acordo com os seus respectivos portais de transparência.

"O BRDE é um dos principais bancos de desenvolvimento do País, incrementando todos os anos a sua capacidade de oferta de crédito. E o Paraná tem destaque nesse desempenho, ao efetivar importantes parcerias com cooperativas, indústrias e projetos de inovação", completou Bley. (AENPR)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EU MIGUEL DONHA JR., **LEILOEIRO OFICIAL – JUCEPAR – 14/256L**, VENHO A PÚBLICO DECLARAR QUE NO MÊS DE MAIO 2024 (DO DIA 07.05.2024 AO DIA 28.05.2024)
SERÃO REALIZADOS OS SEGUINTES LEILÕES.

Leilões de Maio/2024

On-Line
Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR
07.05.2024 Terça-feira
Leilão Início 10h30min

On-Line
Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR
14.05.2024 Terça-feira
Leilão Início 10h30min

On-Line
Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR
21.05.2024 Terça-feira
Leilão Início 10h30min

On-Line
Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais-PR
28.05.2024 Terça-feira
Leilão Início 10h30min

**Miguel Donha JR LEILOEIRO OFICIAL
JECEPAR 14/256L**

**Fale conosco
www.baronleiloes.com.br**

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS XXVI S.A.

CNPJ: 45.677.361/0001-05

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 de abril de 2024, às 10:00 horas na sede social da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXVI S.A., localizada na Rua Tabapuã, nº 41, 13º andar, sala F26, Itaim Bibi, CEP 04533-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas ("Acionistas"). **3. MESA:** Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, na qualidade de Presidente; e Sra. Thais de Castro Monteiro, na qualidade de Secretária. **4. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme faculta o artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"). **5. ORDEM DO DIA:** Exame e discussão a respeito da (i) realização da 1ª (primeira) emissão, em série única, de até 3.000.000 (três milhões) de debêntures da espécie quirografária, no valor unitário de R$1.000,00 (mil reais) cada uma, não conversíveis em ações ordinárias da Companhia (" Debêntures " e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de colocação privada ("Colocação Privada"); (ii) autorização aos diretores da Companhia para praticar atos necessários para a realização e efetivação da deliberação descrita no item "(i)" acima, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão, incluindo, mas sem limitação, a escritura de emissão das Debêntures ("Escritura"); e (iii) ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Colocação Privada. **6. DELIBERAÇÕES**: O Sr. Presidente submeteu à apreciação dos acionistas os assuntos da ordem do dia. Após os esclarecimentos prestados, os acionistas, por unanimidade, sem quaisquer reservas ou ressalvas: (i) Aprovaram, nos termos da Lei 6.404/76, a realização da 1ª (primeira) emissão de até 3.000.000 (três milhões) de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de até R$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida), nominativa e escritural, que será objeto da Colocação Privada: (a) Número da Emissão: 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Companhia; (b) Número de Séries: A Emissão será em série única; (c) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas até 3.000.000 (três milhões) de Debêntures; (d) Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 29 de abril de 2024 ("Data de Emissão"); (e) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de até R$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) ("Valor Total da Emissão"); (f) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente e nem objeto de remuneração; (g) Conversibilidade, Comprovação de Titularidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador (conforme definido na Escritura). Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome do titular das Debêntures ("Debenturista") emitido pela B3. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza; (h) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei 6.404/76; (i) Prazo e Data de Vencimento: O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 20 (vinte) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de abril de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures"). Na Data de Vencimento das Debêntures, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido do Prêmio de Performance das Debêntures (conforme definido abaixo), caso existente, devidos e calculados na forma a ser prevista na Escritura; (j) Vencimento Antecipado das Debêntures: O Debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto da Escritura e exigir da Companhia o imediato pagamento da integralidade do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido do Prêmio de Performance das Debêntures, se houver, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses a serem previstas na Escritura; (k) Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures: as Debêntures serão objeto de Colocação Privada; (l) Destinação dos Recursos e Lastro das Debêntures: Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados pela Companhia para aquisição de créditos financeiros, nos termos da Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000 ("Direitos Creditórios"). As Debêntures serão emitidas no âmbito de operação de securitização dos Direitos Creditórios. A formalização dos Direitos Creditórios se dará a partir da celebração de instrumentos particulares de cessão a serem celebrados entre a Companhia e os titulares dos Direitos Creditórios, de forma que o fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios serão o lastro para o pagamento dos valores devidos pela Companhia ao Debenturista ("Lastro"). Os Direitos Creditórios poderão ser adquiridos conforme surgimento de oportunidades de aquisição, desde que tais créditos possuam vencimento até a Data de Vencimento das Debêntures e seja respeitado o procedimento de Chamada de Capital (conforme abaixo definido), conforme descrito na Escritura. (m) Preço de Subscrição e Integralização: Em qualquer data da subscrição e integralização ("Data de Subscrição"), a integralização das Debêntures será realizada pelo seu Valor Nominal Unitário. (n) Forma de Subscrição e Integralização: A subscrição e integralização das Debêntures serão realizadas de acordo com os procedimentos adotados pela B3, à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, admitindo-se uma ou mais subscrições e integralizações mediante Chamada de Capital, caso aplicável. Os recursos correspondentes serão enviados através de Transferência Eletrônica Disponível para a conta centralizadora. A aquisição dos Direitos Creditórios está condicionada à integralização das Debêntures. A Companhia celebrará com o Debenturista compromisso de subscrição e integralização das Debêntures emitidas e não integralizadas na primeira data de integralização ("Primeira Data de Integralização"), de forma a receber recursos para a aquisição de novos créditos, nos termos do artigo 22, parágrafo 6º da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022 ("Compromisso de Subscrição e Integralização", "Novos Créditos" e "Lei nº 14.430", respectivamente). Os Novos Créditos deverão respeitar integralmente, na data da respectiva aquisição pela Companhia, os critérios de elegibilidade descritos na Escritura de Emissão e passarão a integrar o Lastro. A Companhia realizará, mediante comunicação escrita endereçada ao Debenturista, nos termos dispostos no Compromisso de Subscrição e Integralização, chamadas de capital ao Debenturista quando entender necessário para a aquisição dos Novos Créditos ("Chamadas de Capital"). As Chamadas de Capital seguirão o procedimento descrito na Escritura de Emissão. (o) Registro para Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira: As Debêntures serão liquidadas financeiramente na B3 e custodiadas eletronicamente na B3; (p) Atualização do Valor Nominal Unitário e Prêmio: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária. As Debêntures farão jus a um prêmio de performance mensal, independentemente da data de sua subscrição e integralização, calculado e pago nos termos da Escritura de Emissão ("Prêmio de Performance"), sendo certo que o Prêmio de Performance será dividido proporcionalmente entre os Debenturistas de acordo com a quantidade de Debêntures detida por cada qual no Dia Útil anterior ao do pagamento; (q) Amortização do Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago na Data de Vencimento das Debêntures, ressalvada a hipótese de aquisição facultativa, de eventos de vencimento antecipado das Debêntures, de Amortização Extraordinária ou de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme definidos abaixo); (r) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação; (s) Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado: As Debêntures deverão ser amortizadas extraordinariamente ou resgatadas antecipadamente, a qualquer tempo, mediante proposta do Comitê de Gestão (conforme definido abaixo), caso constituído, aprovada em assembleia geral de Debenturistas. A amortização extraordinária, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário), ou o resgate antecipado facultativo das Debêntures, serão realizados, conforme o caso, mediante o envio de comunicado pela Companhia aos Debenturistas neste sentido, com cópia ao Comitê de Gestão, caso constituído, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva data de pagamento ("Amortização Extraordinária" e "Resgate Antecipado", respectivamente). O Resgate Antecipado será realizado caso o valor dos pagamentos dos Direitos Creditórios pelos Devedores recebido pela Companhia seja suficiente para a integral quitação do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido do Prêmio de Performance, se houver ("Valor de Resgate Antecipado"); caso o valor dos pagamentos dos Direitos Creditórios pelos Devedores recebido pela Companhia seja inferior ao Valor de Resgate Antecipado, então a Companhia deverá realizar a Amortização Extraordinária do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de todas as Debêntures, na proporção do valor dos pagamentos dos Direitos Creditórios pelos Devedores recebido pela Companhia. O Resgate Antecipado e a Amortização Extraordinária serão realizados sempre na data proposta pelo Comitê de Gestão, caso constituído, e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas, e o valor de resgate será equivalente ao Valor Nominal Unitário das respectivas Debêntures, acrescido do Prêmio de Performance, se houver. Para todos os fins de direito, a B3 deverá ser comunicada acerca do Resgate Antecipado e da Amortização Extraordinária por meio de correspondência a ser encaminhada pela Companhia, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva data de pagamento. O pagamento do Resgate Antecipado e da Amortização Extraordinária deverá ser realizado na data indicada na comunicação mencionada acima, utilizando-se, conforme o caso: (1) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (2) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. Será vedada a realização de Resgate Antecipado parcial das Debêntures; (t) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022: (1) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo a aquisição facultativa de que trata este item constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (2) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas; (u) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia por meio de depósito em conta corrente a ser indicado pela Debenturista, até as 16h00 horas do dia do pagamento, utilizando- se, conforme o caso, (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures registradas em nome do titular na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures registradas fora do ambiente da B3; (v) Publicidade: Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no jornal "O Dia", bem como na página da Companhia na rede mundial de computadores - internet, sendo certo que caso a Companhia altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação aos Debenturistas informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76; (w) Pagamentos Condicionados Decorrentes da Realização dos Direitos Creditórios: As obrigações da Companhia de efetuar o pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário e o pagamento do Prêmio de Performance estão condicionados à realização dos Direitos Creditórios, nos termos da Escritura de Emissão; (x) Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"). Os Encargos Moratórios não serão devidos pela Companhia nas hipóteses a serem previstas na Escritura ou em hipóteses de atraso no recebimento do Lastro por parte dos devedores do Lastro; (y) Agente de Cobrança: O agente de cobrança dos Direitos Creditórios será contratado pela Companhia; (z) Demais Características: As demais características da Emissão e das Debêntures estarão descritas na Escritura. (ii) Autorizaram os membros da Diretoria da Companhia e seus respectivos representantes legais a praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão acima deliberada, inclusive, mas não somente: (a) celebrar a Escritura, de acordo com as condições determinadas nesta assembleia e outras que os diretores entendam necessárias, sem prejuízo de qualquer outro documento que se faça necessário; (b) negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, inclusive contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e, dentre outros, dos seguintes prestadores de serviços: (1) assessor jurídico; (2) agente de liquidação e Escriturador; (3) agente de cobrança; e (4) eventuais outras instituições, fixando-lhes os respectivos honorários; e (c) praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão e assinar os documentos necessários à sua efetivação, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão; e (iii) Aprovaram e ratificaram todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Emissão. **7. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após lida e aprovada por todos os presentes e assinada. **8. ACIONISTAS PRESENTES**: Travessia Assessoria Financeira Ltda. (p. seu administrador, Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa); e Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa; Presidente da Mesa: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa; e Secretária: Thais de Castro Monteiro. *(A presente ata é cópia autêntica da versão lavrada no Livro de Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia).* **MESA:** Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - *Presidente*, Thais de Castro Monteiro - *Secretária.*

Garimpo ilegal usava trabalho análogo à escravidão no Amazonas

Autoridades dos setores de segurança, meio ambiente e trabalhista deflagraram na terça-feira (30) a Operação Mineração Obscura, com o objetivo de investigar garimpeiros que atuavam ilegalmente na cidade de Maués, localizada no sul do Amazonas, inclusive com uso da mão de obra de trabalhadores em situação análoga à escravidão.

Participam da operação, iniciada na sexta-feira (26), a Polícia Federal (PF), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Na segunda-feira (29), as equipes constataram a presença de mais de 70 garimpeiros trabalhando em condições degradantes e equiparadas à escravidão. "Tratava-se de um dos garimpos mais lucrativos de toda a América Latina, com uma produção diária superior a 6 quilos de ouro", destacou a PF.

Segundo os investigadores, o garimpo é feito na modalidade de poço, com os trabalhadores operando de forma subterrânea, desprovidos de equipamento de proteção individual. Foi identificada também prática de servidão por dívida, evidenciando a exploração desumana dos trabalhadores.

"Medidas serão tomadas para garantir o resgate e a assistência adequada aos trabalhadores encontrados em situação de vulnerabilidade", informou a PF.

A ação conjunta pretende, além de coibir atividades ilegais, proteger os direitos dos trabalhadores e preservar o meio ambiente. (Agência Brasil)

Escolas de aldeias Guarani de Angra e Paraty estão sem professores

O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ação civil pública na Justiça Federal contra o estado do Rio de Janeiro para a contratação imediata de professores do ensino fundamental para as escolas indígenas de quatro aldeias Guarani de Angra dos Reis e Paraty.

Segundo o MPF, os professores das aldeias Sapukai, Itaxi, Araponga e Rio Pequeno tiveram seus contratos finalizados no fim do ano letivo de 2023 e ainda não foram recontratados.

A partir de denúncia feita pelo Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, o MPF acionou a Secretaria de Educação e a Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro para que comprovassem as providências adotadas para garantir aos alunos da educação indígena as aulas do ano letivo de 2024. No entanto, não houve resposta.

Em inspeção realizada nas quatro aldeias Guarani em 15 e 16 de abril, foi possível verificar que não havia aulas nas escolas indígenas por falta de professores do ensino fundamental.

O MPF também requer na ação que o Estado apresente cronograma, com início imediato, para a recomposição das aulas prejudicadas pela ausência de professores e seja condenado em danos morais coletivos, no valor de R$ 200 mil para cada uma das aldeias prejudicadas.

Procurada pela **Agência Brasil**, a Secretaria de Estado de Educação informou que foi notificada e prestará esclarecimentos ao Ministério Público Federal no prazo estabelecido. "A Seeduc está finalizando um cronograma para a reposição de conteúdo para os alunos do 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental", disse a nota. (Agência Brasil)

Porsche e motocicleta Harley Davidson são destaques nos leilões organizados pela Copart

A **Copart**, referência na organização de leilões extrajudiciais de veículos, vai realizar seis novos leilões na semana que vai de 29 de abril a 3 de maio. Os consumidores terão a oportunidade de adquirir diversos modelos nas sessões marcadas para quinta-feira (2), às 8h no pátio de Itaquaquecetuba (SP), às 10h no pátio de Fortaleza (CE), às 11h30 novamente no pátio de Itaquaquecetuba (SP) e 12h em Recife (PE).

Na sexta-feira (3) é a vez de outros dois certames, às 8h no pátio de Osasco (SP) e às 10h no pátio de Betim (MG). Entre as outras oportunidades disponíveis no site da Copart, os motoristas terão a oportunidade de arrematar um Porsche Macan 2016/2017, com tabela Fipe de 298.954,00 reais.

A categoria de motocicletas, que faz enorme sucesso entre os consumidores de leilão, também terá excelentes oportunidades de negócio. Os interessados por motos terão a chance de arrematar uma Harley Davidson Softail 2022, com tabela Fipe de 102.365,00 reais e uma Ducati Panigale 2023, com tabela Fipe de 143.140,00 reais.

As sessões programadas para esta semana ainda contarão com opções da marca Alemã, BMW. Trata-se de um Série 5 2015, com tabela Fipe de 155.979,00 reais.

Como participar das sessões

Os leilões organizados pela Copart podem ser acompanhados por participantes residentes em qualquer região do país, independentemente da localidade na qual os veículos estejam armazenados. As salas para que os interessados possam dar os lances ficarão disponíveis 30 minutos antes do início de cada sessão.

Para participar do leilão organizado pela Copart Brasil, basta cadastrar-se no site da empresa, informar a documentação necessária, como CNH, CPF, RG e comprovante de residência. Podem participar do certame pessoas físicas (maiores de idade) ou jurídicas.

A Copart é uma empresa multinacional norte-americana com ações na NASDAQ e presente em onze países nas Américas, Europa e Ásia. No Brasil desde 2012, a atuação da Copart é voltada à organização de leilões extrajudiciais de veículos e mantém 24 pátios em todas as regiões do território nacional.

A companhia emprega as mais altas tecnologias e inovação para garantir rápida monetização do bem, menor cycle time (tempo de todo o processo desde a remoção do veículo, chegada no pátio da Copart e venda) e maior rentabilidade tanto para o cliente corporativo, que são seguradoras, financeiras, bancos, empresas e locadoras, como para o consumidor final.

Recentemente, a empresa lançou uma plataforma inédita no mercado, o Venda Meu Carro, que possibilita ao proprietário comercializar qualquer tipo de veículo, desde irrecuperáveis até carros de colecionador. A solução garante que o veículo seja comercializado em até uma semana, de forma ágil, totalmente online e sem grandes burocracias.